

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	36
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	42
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	43
2.5 Medições não contábeis	47
2.6 Eventos subsequentes as DFs	52
2.7 Destinação de resultados	54
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	57
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	58
2.10 Planos de negócios	59
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	69
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	70
5.2 Descrição dos controles internos	83
5.3 Programa de integridade	85
5.4 Alterações significativas	89
5.5 Outras informações relevantes	90

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva") relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Da mesma forma, a apresentação das informações financeiras está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

As informações constantes desta Seção 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 da Companhia, disponíveis no seu website ([www.eneva.com.br](http://www.eneva.com.br)) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Nesta seção são apresentadas, pela Administração da Companhia, informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

#### 2.1. Os diretores devem comentar sobre:

##### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia possuem os seguintes comentários sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços de R\$ 6.128,6 milhões, a qual foi originada, com maior destaque, ao impacto positivo das operações de trading de energia, a exportação de energia das UTEs Parnaíba I Geração de Energia S.A. ("Parnaíba I"), Parnaíba II Geração de Energia S.A. ("Parnaíba II"), Parnaíba III Geração de Energia S.A. ("Parnaíba III"), ao longo do ano para a Argentina, bem como pelo impacto proveniente da receita da

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

térmica Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A ("CGTF"), adquirida em agosto de 2022, e a termelétrica UTE Porto Sergipe I, principal ativo da CELSEPAR – Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("Porto Sergipe I" e "Celse", respectivamente) adquirida em outubro de 2022. A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 375,8 milhões para o referido exercício, com posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1.291,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos, financiamentos e debêntures totalizavam R\$ 18.462,0 milhões.

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma dos ativos circulantes e ativo realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e do não circulante é de 0,25 em 31 de dezembro de 2022.

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta planos e resultados consistentes, conforme divulgação dos resultados obtidos no último exercício social.

### Alterações no Capital Social

#### 2022

Em 07 de outubro de 2022, ocorreu aumento de capital social devido a emissão de 279.315 ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, decorrente da implementação do Programa de Opções para gestores e diretores estatutários e não estatutários, no âmbito do Terceiro Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Companhia, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03 de agosto de 2017, conforme aditado ("Terceiro Plano"), no montante de R\$ 4,25 milhões ao preço de emissão de R\$ 15,2165 por ação. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes, no prazo de 3 a 5 anos, a partir do início do Terceiro Plano.

Em 25 de julho de 2022, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, dois aumentos de capital social, respectivamente, nos valores de R\$ 9.510.806,55 (nove milhões, quinhentos e dez mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos) mediante a emissão de 685.034 ao preço de emissão de 13,8837; e R\$ 1.969.534,87 (um milhão novecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e sete centavos) mediante a emissão de 142.692 ações ordinárias, ao preço de emissão de 13,8027, ambas com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, no âmbito do Programa de Opção de Compra ou Subscrição de Ações da Eneva

Em 24 de junho de 2022, o Conselho de Administração da Eneva aprovou a precificação da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, com esforços restritos de colocação, cujo lançamento ocorreu em 15 de junho de 2022. Foram emitidas 300.000.000 de novas ações, sendo o preço de emissão de R\$ 14,00 por ação, resultando no montante total captado na Oferta Restrita de R\$ 4,2 bilhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 11 de março de 2022, ocorreu aumento de capital social decorrente da combinação de negócios entre a Companhia e Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus"), realizada por meio da incorporação societária da Focus na Eneva II Participações S.A. e subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia, de forma todas as sociedades controladas pela Focus passaram a ficar sob o controle da Eneva, em que o capital social da Companhia foi aumentado no montante de R\$ 110,1 milhões, mediante a emissão de 17.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, sendo o preço de emissão de R\$ 11,98 por ação.

Em 04 de fevereiro de 2022, ocorreu aumento de capital social devido a emissão de 142.692 ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência para subscrição pelos demais acionistas, decorrente da implementação do Programa de Opções para gestores e diretores estatutários e não estatutários, no âmbito do Plano, no montante de R\$1,9 milhão ao preço de emissão de R\$13,8027 por ação.

### b. estrutura de capital

Na avaliação dos Diretores, a estrutura de capital da Companhia representa, atualmente, uma adequada relação entre capital próprio e capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta de 32,9% de capital próprio e 67,1% de capital de terceiros<sup>1</sup>. Naquela data, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$ 13.736,0 milhões, enquanto as obrigações com terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante) totalizava R\$ 27.978,0 milhões.

Em função de decisões estratégicas do ano de 2022, a Companhia concluiu as aquisições da Focus, CGTF (Termofortaleza) e Celse (Hub Sergipe), adicionalmente investiu em novos projetos em desenvolvimento como SsLNG (Small Scale Liquefied Natural Gas) e sagrou-se vitoriosa no Leilão de Reserva de Capacidade na forma de energia de 2022 com o projeto de Azulão 950MW. Esses fatores contribuíram para aumento do passivo da Companhia em relação ao exercício social de 2021. Adicionalmente, conforme informado no item (a) acima, a Companhia realizou diversos aumentos de capital social ao longo do exercício de 2022, que totalizaram o montante de R\$ 4,3 bilhões.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores entendem que, desde a conclusão do processo de recuperação judicial, mencionado no item 1.1 do Formulário de Referência, os projetos da Companhia apresentam capacidade de pagamento suficiente para arcar com todos os seus compromissos financeiros, visto que a Companhia possui contratos de geração

---

<sup>1</sup> O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido dividido pelo passivo total (passivo circulante + passivo não circulante + patrimônio líquido) e o capital de terceiros corresponde ao passivo circulante e passivo não circulante dividido pelo passivo total (passivo circulante + passivo não circulante + patrimônio líquido).

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de energia de longo prazo com parcelas fixas e variáveis, além de reservas de gás natural suficientes para suprir todo o período da concessão.

Parte substancial da energia elétrica gerada pelos referidos projetos é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), o que permite a geração de receita fixa para as controladas da Companhia, por até 15 ou 20 anos (desde que as partes cumpram com as respectivas obrigações contratuais), além de parcela variável vinculada à quantidade de energia produzida que, para o Complexo do Parnaíba, é destinada à monetização da produção de gás.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a parcela circulante dos empréstimos e financiamentos e debêntures consolidados pode ser resumida como segue:

Em R\$ milhões	31 de dezembro de	
Mês de Vencimento	2022	2021
Em até 3 meses	145,3	25,1
Entre 3 e 6 meses	671,5	135,0
Entre 6 e 9 meses	11,1	17,0
Entre 9 e 12 meses	403,0	185,6
<b>Total</b>	<b>1.230,9</b>	<b>362,7</b>

As parcelas dos empréstimos e financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentavam o seguinte cronograma de pagamento:

Em R\$ milhões	31 de dezembro de	
Ano de Vencimento	2022	2021
2023	1.612,2	367,5
2024	2.892,8	1.259,6
2025	1.011,8	990,2
2026	1.620,1	540,3
2027	1.525,4	1.060,0
2028 até o último vencimento	8.568,8	3.167,2
<b>Total</b>	<b>17.231,1</b>	<b>7.384,8</b>

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos utilizadas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram as receitas obtidas dos contratos de energia de suas subsidiárias, empréstimos e financiamentos e emissão de valores mobiliários não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Dentre as operações mais relevantes ocorridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os Diretores da Companhia destacam:

- Em setembro de 2022, a Companhia realizou a sua 9ª emissão de debêntures, em montante total de R\$1.900,0 milhões, em três séries ("9ª Emissão de Debêntures"). Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das Debêntures estão sendo destinados para (i) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à exploração do Projeto Futura 1; (ii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à ampliação, via fechamento de ciclo, do Projeto Parnaíba VI; e (iii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à exploração do Projeto UTE Jaguaritica II, todos considerados como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia ("MME").
- Em julho de 2022, a Companhia realizou a sua 8ª emissão de debêntures, em montante total de R\$ 2,04 bilhões, em quatro séries ("8ª Emissão de Debêntures"). Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das Debêntures da primeira e segunda séries estão sendo/foram utilizados até a respectiva data de vencimento para (i) o reembolso de despesas incorridas pela Companhia com mútuos celebrados com as sociedades de propósito específico (SPes) do Projeto Itaqui e do Projeto Pecém II, para pré-pagamento de financiamentos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.; e (ii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos relacionados à exploração do Projeto Parnaíba VI e do Projeto UTE Jaguaritica II. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das Debêntures da terceira e da quarta séries estão serão utilizados até a respectiva data de vencimento para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia.
- Em julho de 2022, a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco do Nordeste com utilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, destinados a implantação do Projeto Futura I localizado em Juazeiro (BA), no montante de R\$ 300 milhões, dos quais foram desembolsados R\$ 262 milhões em setembro de 2022. O financiamento possui custo de IPCA + 3,49% a.a., já considerando o bônus de adimplência, prazo de vigência de 24 anos, incluídos 20 meses de carência, vencendo em 15 de agosto de 2046.
- Em fevereiro de 2022, a Companhia realizou a sua 7ª emissão de debêntures em série única, em montante total de R\$ 1,5 bilhão. Os recursos líquidos obtidos por meio das debêntures foram destinados para reforço de capital de giro da Companhia.

Para mais informações sobre as debêntures, vide item 12.3 deste Formulário de Referência.

Em relação às fontes de financiamentos para investimentos em ativos não circulantes, vide comentários ao item "e" abaixo.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas são adequadas ao perfil de endividamento da Companhia considerando serem, essencialmente, estruturados na modalidade *project finance*, contando com a participação de financiamento de bancos de fomento a juros subsidiados e prazos de amortização longos

### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes, a participação de financiamento de bancos de fomento a juros subsidiados e prazos de amortização longos e sua própria geração de caixa operacional. Adicionalmente, a Companhia monitora constantemente o mercado, podendo avaliar alternativas complementares de captação de recursos de terceiros, provenientes de empréstimos bancários junto às instituições financeiras de primeira linha, financiamentos junto a agências de fomento e/ou por meio de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário.

### **f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

#### **i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 31 de dezembro de 2022, a composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas junto a instituições financeiras está demonstrada a seguir:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Empréstimos e financiamentos							Em 31 de dezembro de 2022			
Em R\$ milhões										
Sociedade	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Valor justo das debêntures	Total
Térmicas a gás										
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+3,00%	9,62%	17/03/2025	-	26,2	0,1	-	26,3
Eneva	FINEP	R\$	TJLP+1,00%	7,62%	15/12/2028	(0,2)	23,6	0,1	-	23,5
PGC	BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	8,48%	15/07/2036	(6,6)	842,0	173,3	-	1.008,8
Azulão	BASA SubCrédito A e B	R\$	IPCA + 1,6190%	8,18%	16/06/2036	(7,7)	563,4	3,4	-	559,2
Azulão	BASA SubCrédito C	R\$	IPCA + 1,3247%	7,89%	16/06/2036	(5,1)	375,6	2,3	-	372,8
Azulão	FDA	R\$	IPCA + 2,335%	8,90%	01/02/2038	(2,6)	199,0	16,0	-	212,4
Parnaíba II	FDNE	R\$	IPCA + 3,383%	9,94%	01/07/2041	(5,0)	100,1	2,0	-	97,0
Celse	IFC	R\$	IPCA + 9,78%	16,34%	15/04/2032	(25,0)	907,5	18,0	-	900,4
Celse	IDB	R\$	IPCA + 9,60%	16,16%	15/04/2032	(23,8)	750,7	14,6	-	741,6
Celse	IDB USD	R\$	USD + Libor +5,4%	9,94%	15/04/2032	(4,1)	177,3	3,8	-	177,0
Celse	China Fund	R\$	USD + Libor + 5,4%	9,94%	15/04/2032	(5,4)	233,3	5,0	-	232,9
Solar										
SPE 3 Futura	BNB	R\$	IPCA + 2,0431%	8,60%	15/07/2045	-	200,0	6,2	-	206,2
SPE 4 Futura	BNB	R\$	IPCA + 3,4906%	10,05%	15/08/2046	(1,4)	262,0	10,5	-	271,1
SPE 5 Futura	BNB	R\$	IPCA + 2,0431%	8,60%	15/07/2045	-	150,0	4,7	-	154,7
SPE 6 Futura	BNB	R\$	IPCA + 2,0431%	8,60%	15/07/2045	-	100,0	3,1	-	103,1
						(86,9)	4.910,8	263,0	0,0	5.086,9
Depósitos Vinculados						-	(192,6)	-		(192,6)
Saldo Líquido de empréstimos e financiamentos						(86,9)	4.718,2	263,0		4.894,3
Circulante						(12,2)	300,4	77,3		365,5
Não circulante						(74,7)	4.417,7	185,8		4.528,8



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Debêntures										Em 31 de dezembro de 2022
Em R\$ milhões										
Sociedade	Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas	Vencimento	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Valor justo das debêntures	Total
<b>Térmicas a gás</b>										
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 7,2227%	13,81%	15/11/2025	(2,3)	266,0	2,4	-	266,1
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	14,47%	15/11/2025	(3,2)	282,7	5,5	-	285,0
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,01%	13,02%	02/10/2024	(0,4)	290,0	9,9	-	299,4
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,40%	13,41%	02/10/2026	(0,9)	360,0	12,6	-	371,6
Celse	1ª Emissão - 1ª Série	R\$	0,0985	9,85%	30/04/2032	(562,3)	2.963,7	60,8	-	2.462,2
<b>Upstream</b>										
Eneva	2ª emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 0,95%	12,95%	15/05/2024	(2,2)	750,0	13,2	-	761,0
Eneva	2ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 1,45%	13,45%	15/05/2027	(4,1)	750,0	14,0	-	759,9
Eneva	2ª emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 5,05%	11,61%	15/05/2029	(3,3)	618,8	3,9	-	619,3
Eneva	3ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,2259%	10,79%	15/12/2027	(9,6)	795,0	1,4	-	786,9
Eneva	5ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 5,50%	12,06%	15/06/2030	(18,8)	788,1	1,8	-	771,2
Eneva	6ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 4,127%	10,69%	15/09/2030	(14,0)	448,8	5,3	-	440,1
Eneva	6ª emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 4,5034%	11,06%	15/09/2035	(23,0)	688,7	8,8	-	674,6
Eneva	7ª Emissão - 1ª Série	R\$	CDI + 1,35%	13,36%	24/05/2023	(2,5)	1.500,0	180,4	-	1.677,9
Eneva	8ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 6,5254%	12,88%	15/07/2032	(21,0)	718,5	20,5	20,0	737,9
Eneva	8ª Emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 6,5891%	12,99%	15/07/2037	(13,1)	471,5	13,6	19,6	491,6
Eneva	8ª Emissão - 3ª Série	R\$	CDI + 1,70%	13,71%	15/07/2029	(13,3)	500,0	33,1	-	519,8
Eneva	8ª Emissão - 4ª Série	R\$	CDI + 2,00%	14,01%	15/07/2032	(9,5)	350,0	23,7	-	364,2
Eneva	9ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 6,90%	13,48%	15/09/2032	(51,2)	762,8	13,2	40,0	764,8
Eneva	9ª Emissão - 2ª Série	R\$	IPCA + 7,00%	13,69%	15/09/2037	(33,1)	575,9	10,1	45,1	598,0

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Eneva	9ª Emissão - 3ª Série	R\$	IPCA + 7,15%	14,15%	15/09/2042	(33,5)	580,9	10,4	64,1	621,9
						<b>(821,2)</b>	<b>14.461,2</b>	<b>444,8</b>	<b>188,7</b>	<b>14.273,4</b>
<b>Depósitos Vinculados</b>						-	<b>(705,6)</b>	-	<b>0,0</b>	<b>(705,6)</b>
<b>Saldo Líquido de Debêntures</b>						<b>(821,2)</b>	<b>13.755,6</b>	<b>444,8</b>	<b>188,7</b>	<b>13.567,7</b>
<b>Circulante</b>						<b>(138,7)</b>	<b>559,5</b>	<b>444,8</b>	<b>0,0</b>	<b>865,5</b>
<b>Não circulante</b>						<b>(682,5)</b>	<b>13.196,1</b>	-	<b>188,7</b>	<b>12.702,2</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ressalta-se que a Companhia, quando garantidora dos financiamentos e empréstimos de suas controladas, obriga-se a: (i) submeter à aprovação do respectivo credor quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da respectiva controlada, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da controlada ou em transferência do controle acionário da controlada, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da controlada, nos termos do art. 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; (ii) não reduzir o capital social da respectiva controlada, bem como não fazer amortização, resgate ou conversão de ações de emissão da controlada, sem a prévia e expressa anuência do respectivo credor.

As controladas da Companhia, na qualidade de devedoras dos financiamentos e empréstimos e emissoras de debêntures, obrigaram-se a: (i) não assumir novas dívidas, exceção feita a empréstimos para atender aos negócios de gestão ordinária da controlada ou com a finalidade de mera reposição ou substituição de material ou que ultrapassem os limites dos índices de alavancagem contratuais; (ii) não celebrar mútuos com a Companhia ou seus acionistas, desde que em hipóteses permitidas; (iii) não constituir penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao respectivo credor; (iv) não distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, seja superior ao valor mínimo obrigatório por lei, desde que adimplente com as obrigações contratuais; e (v) guardar e conservar os bens dados em garantia, de acordo com o disposto nos incisos I e II do artigo 1.363 do Código Civil, responsabilizando-se civilmente pelo eventual descumprimento dessas obrigações.

Por fim, seguem abaixo informações adicionais sobre os principais financiamentos e empréstimos da Companhia e de suas controladas em aberto em 31 de dezembro de 2022:

### 1. Parnaíba I

Esclarece-se que a Parnaíba I foi incorporada em 1º de janeiro de 2020, e dessa forma a Parnaíba sucedeu a Parnaíba I nos direitos e obrigações das operações abaixo.

#### Debêntures – 1ª emissão

Em 15 de novembro de 2018 a Parnaíba I realizou a 1ª emissão de debêntures no valor de R\$ 866,0 milhões em duas séries. Os recursos oriundos da 1ª série foram destinados exclusivamente para investimentos na Central Geradora Termelétrica denominada UTE Maranhão IV, com Potência Instalada de 337.600 kW, composta por duas Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito e da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Maranhão V, com Potência Instalada de 337.600 kW, composta por duas Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. Com relação aos recursos captados pela PGC, por meio da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, estes foram utilizados para liquidação antecipada do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito n.º 12.2.1284.1 contraído com o

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BNDES. Os recursos remanescentes foram distribuídos à Eneva para realização de pagamentos, conforme detalhado nos contratos de garantias da emissão.

A 1ª emissão de debêntures possui prazo de vencimento de 84 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2025, com a remuneração de IPCA + 7,2227% a.a. para a 1ª Série e CDI + 2,5% a.a. para a 2ª Série. No que tange aos juros remuneratórios, estes são pagos semestralmente, a partir da data da emissão, sendo que (i) no caso da 1ª Série, o primeiro pagamento de juros ocorreu em 15 de novembro de 2019, e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses de maio e novembro; e (ii) no caso da 2ª Série, o primeiro pagamento foi devido em 15 de maio de 2019, e os demais pagamentos devidos no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a respectiva data de vencimento das debêntures.

Dentre outras obrigações da emissão, a Parnaíba I se obriga a:

- i) Manutenção da relação endividamento líquido/EBITDA inferior aos limites escalonados anualmente, conforme abaixo:

2019	2020	2021	2022	2023	2024
3,5x	3,0x	3,0x	2,5x	2,5x	2,0x

\* Essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado no item 2.5 deste Formulário de Referência.

Após a incorporação de Parnaíba I pela PGC o Covenant Endividamento Líquido/EBITDA foi ajustado através do 4º aditamento à Escritura para a manutenção escalonada dos seguintes limites anuais:

2019	2020	2021	2022	2023	2024
6,0x	6,0x	5,0x	2,5x	2,5x	2,0x

\* Essa medição não é calculada com base no Endividamento Líquido conforme divulgado no item 2.5 deste Formulário de Referência.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 29 de dezembro de 2022, a Companhia deliberou junto aos credores o perdão temporário para o *Covenant* Endividamento Líquido/EBITDA conforme abaixo:

2019	2020	2021	2022	2023	2024
6,0x	6,0x	5,0x	4,0x	3,5x	3,0x

- ii) Manutenção do nível de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") superior ou equivalente a 1,20x no exercício social até 2022, com a suspensão da apuração para os exercícios sociais encerrados em dezembro de 2023 e 2024, conforme matéria deliberada e aprovada na Assembleia Geral de Debenturistas do dia 29 de dezembro de 2022.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Além de aval prestado pela Eneva as debêntures contam ainda com garantias reais, incluindo:

- (i) Alienação Fiduciária de Ações da Parnaíba I;
- (ii) Alienação Fiduciária dos Equipamentos do Projeto;
- (iii) Cessão Fiduciária de Direitos e Créditos de titularidade da Parnaíba I;
- (iv) Hipoteca em primeiro grau do terreno da Parnaíba I, descrito na matrícula nº 2.952;
- (v) Cessão Fiduciária da Conta Reserva do Serviço da Dívida;
- (vi) Cessão Fiduciária da Conta Reserva Especial;
- (vii) 50% da Alienação Fiduciária dos Equipamentos da Parnaíba Gás Natural ("PGN");
- (viii) 50% da Cessão Fiduciária dos direitos emergentes das concessões para exploração de gás; e
- (ix) 50% da Cessão Fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Arrendamento e Fornecimento de Gás.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$ 551,0 milhões.

## 2. Parnaíba II

### *Debêntures – 3ª emissão*

Em 21 de outubro de 2019 concluiu-se a 3ª emissão de debêntures de Parnaíba II no valor de R\$ 750,0 milhões em três séries, sendo a 1ª série no valor de R\$ 100,0 milhões, a 2ª no valor de R\$ 290,0 milhões e a 3ª no valor de R\$ 360,0 milhões.

Os recursos obtidos foram destinados exclusivamente para liquidação antecipada do saldo remanescente das dívidas relativas à: 1ª emissão de debêntures simples de Parnaíba II, no montante de R\$ 717 milhões, com custo de CDI + 2,50% a.a. e vencimento em 2025, 2ª emissão de debêntures simples de Parnaíba III Geração de Energia S.A. (sucida por Parnaíba II, conforme Fato Relevante divulgado em 01 de outubro de 2018), no montante de R\$ 246 milhões, com custo de CDI + 2,95% a.a. e vencimento em 2024 e a Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. (financiamento mediante repasse contratado com o Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social) no montante total de R\$ 223 milhões, com custo de TJLP + 5,15% a.a. e vencimento em 2027.

A 3ª emissão de debêntures possui prazo de vencimento de 84 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 02 de outubro de 2022, com a remuneração de CDI + 0,60% a.a. para a 1ª Série, CDI + 1,01% a.a. para a 2ª Série e CDI + 1,40% a.a. para a 3ª série. A 1ª série tem pagamento de juros semestral e principal integral na data de vencimento, a 2ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal de 48 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas e a 3ª série tem pagamento de juros semestral, carência de principal de 72 meses e amortização em 2 parcelas iguais, anuais e consecutivas. Na data de 5 de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma Assembleia Geral de

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Debenturistas em que foi deliberada a alteração da taxa a partir do dia 03 de abril de 2023 até o vencimento da 2ª série para CDI + 1,20% a.a., e para a 3ª série CDI + 1,76% a.a.

Dentre outras obrigações da emissão, a Parnaíba II se obriga a manter a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 3,0 (durante toda a vigência das debêntures, a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras anuais e adicionalmente a Eneva, fiadora da emissão, compromete-se a manter a relação Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 4,5 durante toda a vigência das debêntures a ser acompanhado trimestralmente. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado no item 2.5 deste Formulário de Referência. Na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 05 de dezembro de 2022, foi deliberado o perdão temporário para o *Covenant* Endividamento Líquido/Ebitda da Fiadora conforme abaixo:

<b>Data das Informações Financeiras Trimestrais da Fiadora</b>	<b>31 de dezembro de 2022 a 30 de junho de 2023</b>	<b>30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023</b>	<b>31 de março de 2024 e 30 de junho de 2024</b>
<b>Índice Financeiro Máximo da Fiadora</b>	6,5x	5,5x	5,0x

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$ 671,1 milhões.

### *Financiamento – FDNE*

Em 22 de dezembro de 2021, Parnaíba II formalizou a contratação, junto ao Banco do Brasil, da linha de crédito no valor de R\$ 274,2 milhões, com recursos do Fundo de desenvolvimento do Nordeste ("FDNE"), com a destinação dos recursos para a implantação do projeto Parnaíba VI na localidade de Santo Antonio dos Lopes - MA. Em junho e novembro de 2022, foram desembolsados, respectivamente, R\$ 78,0 e R\$ 22,1 milhões, totalizando um montante de R\$ 100,1 milhões liberados no exercício de 2022. A linha de crédito tem prazo total de 234 meses, incluídos 12 meses de carência, vencendo em 01 de julho de 2041. A amortização será no sistema SAC em 31 prestações semestrais consecutivas, sendo remunerado a IPCA + 3,383% ao ano.

A Eneva é garantidora deste financiamento, que conta com o pacote de garantias reais, incluindo: (i) alienação fiduciária de ações; (ii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto; (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios e (iv) escritura de hipoteca.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a esse financiamento era de R\$ 97,0 milhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 3. Eneva S.A.

#### *FINEP*

Em 21 de agosto de 2017, a PGN contratou um financiamento de longo prazo com a FINEP no valor de R\$ 79,3 milhões, com o objetivo de financiar, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do seu Plano Estratégico de Inovação. O recurso proveniente deste financiamento foi recebido em duas tranches, sendo a primeira em 27 de setembro de 2017, no valor de R\$ 39,6 milhões e a segunda em 25 de julho de 2018, no valor de R\$ 29,9 milhões. O financiamento possui prazo de carência de 18 meses contados da data da sua assinatura, com amortização em 73 parcelas mensais e sucessivas, desde 15 de março de 2019, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2025.

Sobre o montante desembolsado incidirão juros ao custo de TJLP acrescido de 3% ao ano, a serem pagos mensalmente durante todo o período de vigência do contrato. Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato, a PGN deu como garantia a este financiamento fianças bancárias, que, por sua vez, estavam garantidas pela Companhia através de nota promissória e cessão fiduciária de aplicação financeira. Em março de 2018, a Companhia obteve autorização para o cancelamento da cessão fiduciária da aplicação financeira constituída como garantia destas fianças bancárias.

Em 10 dezembro de 2018, foi firmado com a FINEP um novo contrato no montante de R\$ 36,5 milhões pela Parnaíba Gás Natural S.A., também destinados ao financiamento do seu Plano Estratégico de Inovação. Em 31 de dezembro de 2019, a PGN havia recebido o montante de R\$ 31,5 milhões provenientes desse financiamento, restando, ainda, um crédito no valor de R\$ 5,0 milhões a serem utilizados até junho de 2020. O contrato será amortizado em 97 parcelas mensais e sucessivas a partir de dezembro de 2020, e possui juros incidindo sobre o principal da dívida ao custo de TJLP acrescido de 1% ao ano, a serem pagos mensalmente durante todo o período de vigência do contrato. Em garantia a este financiamento foi apresentado seguro garantia.

No ano de 2018, em Ata Da Reunião Do Conselho De Administração, foi aprovada a incorporação da PGN pela Eneva S.A, a partir desse momento, o financiamento ficou registrado em nome da própria Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor junto à FINEP era de R\$ 49,8 milhões.

#### *Debêntures – 2ª emissão*

Em 15 de maio de 2019, a Eneva realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 2,0 bilhões, em três séries, clean, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 29 de abril de 2019. Os recursos oriundos da 1ª e 2ª séries, no montante de R\$ 750,0 milhões cada, foram destinados à quitação integral do saldo remanescente dos credores quirografários do Plano de Recuperação Judicial da Companhia. Os recursos da 3ª série, no montante de R\$ 500,0 milhões, foram destinados ao pagamento ou reembolso de gastos e despesas relacionados ao projeto de implantação da Central Geradora

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Termelétrica 5A e 5B (UTE Parnaíba V) com capacidade instalada de 386 MW. O projeto de Parnaíba V foi enquadrado como prioritário pelo MME, conforme a Lei n.º 12.431 e o Decreto 8.874 e as debêntures da 3ª série representam o percentual estimado na data de emissão de 38,46% dos investimentos para a construção da UTE Parnaíba V.

As 3 séries da 2ª emissão de debêntures possuem as seguintes características: (i) a 1ª série possui prazo de 60 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2024, com remuneração de CDI + 0,95% ao ano, amortização integral na data de vencimento e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da respectiva data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano; (ii) a 2ª série possui prazo de 96 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2027, com remuneração de CDI + 1,45% ao ano, amortização em 3 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2025 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano; e (iii) a 3ª série possui prazo de 120 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2029, com remuneração de IPCA + 5,05% ao ano, amortização em 3 parcelas anuais e consecutivas, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2027 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano. Na data de 17 de novembro de 2022, a Companhia realizou uma Assembleia Geral de Debenturistas em que foi deliberada a alteração da taxa a partir do dia 16 de maio de 2023 até o vencimento da 1ª série para CDI + 1,15% a.a. Na data de 20 de outubro de 2022, a Companhia realizou uma Assembleia Geral de Debenturistas em que foi deliberada a alteração da taxa a partir do dia 16 de novembro de 2022 até o vencimento da 2ª série para CDI + 1,80% a.a.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na Escritura, a Companhia se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do covenant Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o covenant acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período que perdurar o covenant entre 4,5x e 5,0x. Conforme deliberado e aprovado nas assembleias de debenturistas, a Companhia obteve junto aos credores perdão temporário para o Covenant Endividamento Líquido/Ebitda abaixo:

<b>Data das Informações Financeiras Trimestrais da Fiadora</b>	<i>30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023</i>	<i>30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023</i>	<i>31 de março de 2024 e 30 de junho de 2024</i>
<b>Índice Financeiro Máximo da Fiadora</b>	6,5x	5,5x	5,0x

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$2.140,2 milhões.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### *Debêntures – 3ª emissão*

Em 15 de dezembro de 2019, a Eneva realizou a sua 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$650,0 milhões, em série única, clean, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 21 de janeiro de 2020. Os recursos líquidos oriundos da emissão destinaram-se para investimentos, pagamento futuro ou reembolso, de gastos, despesas ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 meses relacionados à execução do Projeto Parque dos Gaviões – Bacia do Parnaíba, enquadrado como prioritário na forma da Lei 12.431, foi objeto da Portaria n.º 327, de 21 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 23 de agosto de 2019, emitida pelo Ministério de Minas e Energia.

A emissão possui a seguinte característica: prazo de 8 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2027, com remuneração de IPCA + 4,2259% ao ano, amortização anual a partir de 2025 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na respectiva escritura, a Eneva se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do covenant Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o covenant acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período em que perdurar o covenant entre 4,5x e 5,0x. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado no item 2.5 deste Formulário de Referência.

Conforme deliberado e aprovado nas assembleia de debenturistas realizada no dia 30 de setembro de 2022, a Companhia obteve junto aos credores perdão temporário para o Covenant Endividamento Líquido/EBITDA abaixo:

<b>Data das Informações Financeiras Trimestrais da Fiadora</b>	<i>30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023</i>	<i>30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023</i>	<i>31 de março de 2024 e 30 de junho de 2024</i>
<b>Índice Financeiro Máximo da Fiadora</b>	6,5x	5,5x	5,0x

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo referente a essas debêntures era de R\$ 786,9 milhões.

### *Debêntures – 5ª emissão*

Em 15 de junho de 2020, a Eneva realizou a sua 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$650,0 milhões, em série única, sem garantias reais, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 25 de junho de 2020. Os recursos líquidos oriundos da emissão destinam-se para investimentos,

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

pagamento futuro ou reembolso, de gastos, despesas ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 meses relacionados à execução do Projeto Parque dos Gaviões – Bacia do Parnaíba, enquadrado como prioritário na forma da Lei 12.431, foi objeto da Portaria nº 327, de 21 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 23 de agosto de 2019, emitida pelo Ministério de Minas e Energia.

A emissão possui a seguinte característica: prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2030, com remuneração de IPCA + 5,50% ao ano, amortização anual a partir de 2028 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na Escritura, a Emissora se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do covenant Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o covenant acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período em que perdurar o covenant entre 4,5x e 5,0x. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado no item 2.5 deste Formulário de Referência. Na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 12 de agosto de 2022, a Companhia obteve junto aos credores o perdão temporário para o *Covenant* Endividamento Líquido/EBITDA conforme abaixo:

<b>Data das Informações Financeiras Trimestrais da Fiadora</b>	<i>30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023</i>	<i>30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023</i>	<i>31 de março de 2024 e 30 de junho de 2024</i>
<b>Índice Financeiro Máximo da Fiadora</b>	<i>6,5x</i>	<i>5,5x</i>	<i>5,0x</i>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$ 771,2 milhões.

### *Debêntures – 6ª emissão*

Em 29 de setembro de 2020, a Eneva realizou a sua 6ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 947,9 milhões, em duas séries, sem garantias reais, e com o rating da emissão brAAA atribuído pela Standard & Poor's (S&P) em 24 de agosto de 2020. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da colocação das Debêntures da Primeira Série serão utilizados até a Data de Vencimento da Primeira Série (conforme termo abaixo definido) para investimentos e pagamentos futuros relativos à execução do Projeto Parque dos Gaviões, o qual foi enquadrado pelo MME como prioritário, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, por meio da Portaria do MME do Projeto Parque dos Gaviões. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da colocação das Debêntures da Segunda Série serão utilizados até a Data de Vencimento da Segunda Série (conforme termo abaixo definido) para (i) reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data de encerramento da

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Oferta, e (ii) investimentos e pagamentos futuros, sendo ambos os itens (i) e (ii) relativos à execução do Projeto Parnaíba VI e do Projeto UTE Jaguatirica II, os quais foram enquadrados pelo MME como prioritários, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, por meio da Portaria do MME Parnaíba VI e da Portaria do MME UTE Jaguatirica II.

A primeira série possui prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2030, com remuneração de IPCA + 4,127% ao ano, amortização anual a partir de 2028 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

A segunda série possui prazo de 15 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2035, com remuneração de IPCA + 4,5034% ao ano, amortização anual a partir de 2033 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da data de emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na Escritura, a Emissora se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do Covenant Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o covenant acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período em que perdurar o covenant entre 4,5x e 5,0x. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado no item 2.5 deste Formulário de Referência. Na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2022, a Companhia obteve junto aos credores o perdão temporário para o *Covenant* Endividamento Líquido/Ebitda conforme abaixo:

<b>Data das Informações Financeiras Trimestrais da Fiadora</b>	<i>30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023</i>	<i>30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023</i>	<i>31 de março de 2024 e 30 de junho de 2024</i>
<b>Índice Financeiro Máximo da Fiadora</b>	6,5x	5,5x	5,0x

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$1.114,7 milhões.

### *Debêntures – 7ª emissão*

Em 25 de fevereiro de 2022, a Eneva realizou a sua 7ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 1,5 bilhão, em série única, sem garantias reais. Os recursos líquidos oriundos da emissão destinaram-se ao reforço de capital de giro.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A emissão possui as seguintes características: prazo de 15 meses contado da data de emissão, a vencer, portanto, em 18 de maio de 2023, com a remuneração semestral de CDI + 1,35% ao ano e amortização de principal *bullet*, ou seja, em seu vencimento. Na data de 12 de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma Assembleia Geral de Debenturistas no qual alterou a data de vencimento da emissão e a taxa de remuneração de debêntures, portanto, a emissão passa a vencer em 19/05/2025 e a taxa de remuneração a partir do dia 19 de maio de 2023 para CDI + 1,57% a.a. até o vencimento.

Dentre outras obrigações da emissão estabelecidas na Escritura, a Emissora se obriga, durante a vigência das debêntures, à manutenção do Covenant Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 4,5x. No período compreendido entre 30 de setembro de 2020 (inclusive) e 30 de junho de 2022 (inclusive), caso seja verificado o Covenant acima de 4,5x e menor que 5,0x, a Companhia remunerará os debenturistas com o pagamento de prêmio extraordinário no período em que perdurar o *Covenant* entre 4,5x e 5,0x. É importante destacar que essa medição não é calculada com base no EBITDA consolidado conforme divulgado na Seção 2.5 deste Formulário de Referência. Na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 12 de dezembro de 2022, a Companhia obteve junto aos credores o perdão temporário para o *Covenant* Endividamento Líquido/Ebitda conforme abaixo:

<b>Data das Informações Financeiras Trimestrais da Fiadora</b>	<i>30 de dezembro de 2022 a 30 de junho de 2023</i>	<i>30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2023</i>	<i>31 de março de 2024 e 30 de junho de 2024</i>
<b>Índice Financeiro Máximo da Fiadora</b>	<i>6,5x</i>	<i>5,5x</i>	<i>5,0x</i>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$1.677,9 milhões.

### *Debêntures – 8ª emissão*

Em julho de 2022, a Eneva realizou sua 8ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 2,04 bilhões, em quatro séries. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da colocação das debêntures foram assim distribuídos: a) da primeira e segunda séries estão sendo/foram utilizados até a respectiva data de vencimento para (i) o reembolso de despesas incorridas pela Companhia com mútuos celebrados com as sociedades de propósito específico (SPEs) do Projeto Itaqui e do Projeto Pecém II, para pré-pagamento de financiamentos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.; e (ii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos relacionados à exploração do Projeto Parnaíba VI e do Projeto UTE Jaguatirica II. b) Da terceira e da quarta séries estão sendo/foram utilizados até a respectiva data de vencimento para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia.

A primeira série possui prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2032, com remuneração de IPCA + 6,5254% ao ano, amortização anual a partir de 2030 e juros

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano.

A segunda série possui prazo de 15 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2037, com remuneração de IPCA + 6,5891% ao ano, amortização anual a partir de 2035 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano.

A terceira série possui prazo de 7 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2029, com remuneração de CDI + 1,70% ao ano, amortização anual a partir de 2028 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano.

A quarta série possui prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2032, com remuneração de CDI + 2,70% ao ano, amortização anual a partir de 2030 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$ 2.113,5 milhões.

### *Debêntures – 9ª emissão*

Em setembro de 2022, a Eneva realizou sua 9ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 1.900,0 milhões, em três séries. Os recursos líquidos obtidos estão sendo destinados para (i) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à exploração do Projeto Futura 1; (ii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à ampliação, via fechamento de ciclo, do Projeto Parnaíba VI; e (iii) o reembolso de gastos, despesas e/ou amortização de financiamentos, bem como o custeio de gastos e despesas a serem incorridos relacionados à exploração do Projeto UTE Jaguatirica II, todos considerados como prioritários pelo MME.

A primeira série possui prazo de 10 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2032, com remuneração de IPCA + 6,90% ao ano, amortização anual a partir de 2030 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

A segunda série possui prazo de 15 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2037, com remuneração de IPCA + 7,00% ao ano, amortização anual a partir de 2035 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A terceira série possui prazo de 20 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2042, com remuneração de IPCA + 7,15% ao ano, amortização única no vencimento e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$ 1.984,7 milhões.

### 4. Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("PGC")

#### *Financiamento – BNB*

Em 28 de junho de 2019, PGC contratou junto ao BNB um empréstimo no valor de R\$ 842,6 milhões, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), para fins de financiamento da implantação da Central Geradora Termelétrica Parnaíba 5A e 5B. O empréstimo do BNB tem prazo total de 17 anos, com 12 anos de amortização, sendo remunerado a IPCA + 2,281% ao ano. O financiamento prevê um bônus de adimplência de 15%, com a consequente redução dos juros para 1,938% ao ano.

O financiamento conta com fiança bancária com aval da Eneva, sendo que a fiança bancária poderá ser liberada mediante a conclusão físico financeira do projeto e a constituição do pacote de garantias reais, incluindo: (i) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios; (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos emergentes da autorização concedida pelo MME relativa ao projeto; (iii) contrato de penhor de ações; (iv) contrato de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; (v) conta reserva de serviço da dívida; e (vi) conta reserva de operação e manutenção (O&M).

Em 15 de maio de 2020, 29 de junho de 2020, 16 de outubro de 2020, 19 de janeiro de 2021, 26 de maio de 2021, 17 de agosto de 2021 e 28 de novembro de 2022 a PGC desembolsou respectivamente R\$ 138,9 milhões, R\$ 81,8 milhões, R\$ 202,5 milhões, R\$ 111,8 milhões, R\$ 76,5 milhões, R\$ 142,5 milhões e R\$ 88,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 1.008,8 milhões.

### 5. Azulão Geração de Energia S.A. ("Azulão")

#### *Financiamento – Basa*

Em 31 de janeiro de 2020, Azulão formalizou a contratação junto ao Banco da Amazônia o empréstimo no valor de R\$1 bilhão, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte ("FNO"), com a destinação dos recursos para a implantação do projeto integrado Azulão-Jaguaririca nos estados de Amazonas e Roraima. O empréstimo tem prazo total de 196 meses, incluídos 24 meses de carência contados a partir de 15 de fevereiro de 2020. A amortização será no sistema SAC em 172 prestações mensais e

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

sucessivas, sendo remunerado a IPCA + 1,9048% ao ano para subcréditos com investimentos em Boa Vista (Roraima) e IPCA + 1,5584% para investimentos em Silves (Amazonas). O financiamento prevê um bônus de adimplência, com a redução dos juros para IPCA + 1,6190% a.a. e 1,3247% ao ano, respectivamente.

O financiamento conta com Fiança bancária com aval da Eneva e pacote de garantias reais, incluindo: (i) penhor de ações da azulão, (ii) cessão fiduciária de recebíveis; (ii) cessão fiduciária de direitos emergentes; (iii) cessão fiduciária dos direitos emergentes da ccc; (iv) cessão fiduciária do contrato de fornecimento de gás para a usina termelétrica; (v) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto; (vi) hipoteca do terreno de azulão; e (vii) garantia corporativa. a fiança bancária será reduzida a 40% do saldo devedor mediante a conclusão físico financeira do projeto.

Em setembro de 2020, dezembro de 2020, janeiro de 2021 e setembro de 2021, a Azulão desembolsou respectivamente R\$ 273,0 milhões, R\$ 576,9 milhões, R\$ 48,4 milhões e R\$ 101,6 milhões

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 932,0 milhões.

### *Financiamento – FDA*

Em 15 de dezembro de 2021, Azulão formalizou a contratação junto ao Banco do Brasil da linha de crédito no valor de R\$286,1 milhões, com recursos do Fundo de desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), com a destinação dos recursos para a implantação do projeto integrado Azulão-Jaguaririca nos estados de Amazonas e Roraima. A linha de crédito tem prazo total de 170 meses, incluídos 12 meses de carência, vencendo em 01 de fevereiro de 2036. A amortização será no sistema SAC em 26 prestações semestrais consecutivas, sendo remunerado a IPCA + 2,335% ao ano.

A Eneva S.A. é garantidora deste financiamento, que conta com o pacote de garantias reais, incluindo: (i) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (ii) Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos do Projeto.

Em janeiro de 2022, fevereiro de 2022 e março de 2022, a Azulão desembolsou respectivamente R\$ 72,1 milhões, R\$ 6,9 milhões e R\$ 120,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 212,4 milhões.

## **6. Projeto Futura "SPEs 3, 4, 5 e 6"**

### *Financiamento – BNB*

Em 30 de junho de 2021, as SPEs 3, 5 e 6 firmaram contratos de financiamento com o BNB, no valor total de R\$ 450,0 milhões. Os recursos líquidos obtidos foram destinados para o desenvolvimento e a implementação do projeto solar Futura I.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os contratos possuem prazo de 24 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em junho de 2045, com remuneração de IPCA + 2,4037% ao ano. Os financiamentos preveem um bônus de adimplência de 15%, com a consequente redução dos juros para IPCA + 2,0431% ao ano. Os contratos possuem amortização e juros mensais a partir de fevereiro de 2023.

A totalidade dos recursos foi desembolsada em maio de 2022.

Em julho de 2022, a SPE 4 firmou contrato de financiamento com o BNB, no valor de R\$ 300,0 milhões. Os recursos líquidos obtidos foram destinados para o desenvolvimento e a implementação do projeto solar Futura I.

O contrato possui prazo de 24 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em agosto de 2046, com remuneração de IPCA + 4,1066% ao ano. O financiamento prevê um bônus de adimplência de 15%, com a consequente redução dos juros para IPCA + 3,4906% ao ano. O contrato possui amortização e juros mensais a partir de março de 2024.

Em setembro de 2022, a SPE 4 desembolsou R\$ 262 milhões, restando R\$ 38 milhões a serem desembolsados.

Atualmente, todos os financiamentos contam com fiança bancária com aval da Eneva. Os financiamentos das SPEs 5 e 6 poderão reduzir a cobertura da fiança bancária para 35% do saldo devedor, mediante a conclusão físico financeira do projeto e a constituição do pacote de garantias reais, incluindo: (i) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Centralização de Recebíveis; (ii) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes dos Contratos dos Fornecedores da Implantação e Operação; (iii) Contrato de Cessão Fiduciária de direitos emergentes da autorização concedida pela ANEEL; (iv) Contrato de Penhor da Totalidade das ações; (v) Alienação de Maquinas e Equipamentos; e (vi) Fiança Corporativa dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 735,1 milhões.

## 7. Celse

### *Debêntures*

Em abril de 2018, a Celse realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 3.370,0 milhões, em série única. Os recursos líquidos obtidos foram destinados exclusivamente para o desenvolvimento e a implementação do projeto, incluindo pagamento de honorários aplicáveis e do prêmio da cobertura da SERV.

A emissão possui prazo de 14 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2032, com remuneração pré-fixada de 9,85% ao ano, amortização semestral a partir de outubro de 2020 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a essas debêntures era de R\$ 2.462,2 milhões.

### *Financiamento – IFC*

Em abril de 2018, a Celse firmou o contrato de financiamento com o IFC, no valor de R\$ 804,0 milhões equivalente a \$ 200,0 milhões de dólares americanos (USD). Os recursos líquidos obtidos foram destinados a reembolsos de custos do projeto.

O contrato possui prazo de 14 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2032, com remuneração de IPCA + 9,79% ao ano, amortização semestral a partir de outubro de 2020 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 900,4 milhões.

### *Financiamento – IDB*

Em abril de 2018, a Celse firmou o contrato de financiamento com o IDB, no valor de R\$ 664,0 milhões. Os recursos líquidos obtidos foram destinados a reembolsos de custos do projeto.

O contrato possui prazo de 14 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2032, com remuneração de IPCA + 9,69% ao ano, amortização semestral a partir de outubro de 2020 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 741,6 milhões.

### *Financiamento – IDB (USD)*

Em abril de 2018, a Celse firmou o contrato de financiamento com o IDB, no valor de R\$ 152,8 milhões equivalente a \$ 38,0 milhões de dólares americanos (USD). Os recursos líquidos obtidos foram destinados a reembolsos de custos do projeto.

O contrato possui prazo de 14 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2032, com remuneração de LIBOR + 5,40% ao ano, amortização semestral a partir de outubro de 2020 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 177,0 milhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### *Financiamento – China Fund*

Em abril de 2018, a Celse firmou o contrato de financiamento com o China Fund, no valor de R\$201,0 milhões equivalente a \$ 50,0 milhões de dólares americanos (USD). Os recursos líquidos obtidos foram destinados a reembolsos de custos do projeto.

O contrato possui prazo de 14 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2032, com remuneração de LIBOR + 5,40% ao ano, amortização semestral a partir de outubro de 2020 e juros remuneratórios a serem pagos semestralmente, contados a partir da Data de Emissão, no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto deste financiamento era de R\$ 232,9 milhões.

### *Contrato Geral para Linha de Reserva de Crédito*

Em 9 de julho de 2021, a Companhia celebrou o Contrato Geral para Linha de Reserva de Crédito junto ao Banco Bradesco, no montante total de R\$ 1.116.100 (USD 200.000), bem como quaisquer contratos específicos decorrentes e relativos às seguintes operações: (i) Carta de comprometimento de crédito (Standby letter of credit); (ii) Financiamento à importação – FINIMP; (iii) Empréstimo bancário regulamentado pela lei 4.131/62, que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior; e/ou (iv) Cédula de Crédito Bancário (CCB). A contratação dessa linha de crédito foi importante para a Companhia, por eliminar eventuais descasamentos de caixa entre as compras de cargas de gás para geração de energia e o recebimento por essa energia gerada.

Como garantia, a Companhia cedeu fiduciariamente ao Banco Bradesco os créditos decorrentes das receitas variáveis nos termos dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (“CCEARs”).

Em 31 de dezembro de 2022, não existia saldo devedor em aberto para essa linha.

### **ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e suas controladas com instituições financeiras, referentes ao último exercício social, além daquelas já descritas no item 2.1(f)(i) acima.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía posição detida por quaisquer dos seus acionistas no saldo consolidado do seu endividamento.

### **iii. grau de subordinação entre as dívidas**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os contratos de financiamento de uma empresa não apresentam qualquer subordinação com as dívidas contraídas em relação aos demais contratos de financiamento da Companhia e de suas controladas.

Em eventual concurso universal de credores, após a realização dos ativos da Companhia, serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, flutuante e quirografários.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas investidas/sociedades controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros, alguns deles incluem cláusulas específicas de covenants, as quais se encontram descritas no item 2.1.f(i) acima.

Em 2022, a Companhia e investidas/sociedades controladas obtiveram perdão temporário junto aos credores com o objetivo de flexibilizar o indicador de alavancagem descritos no item 2.1.(f)(i) acima, fazendo com que ao final do de 2022, a Companhia não estivesse descumprindo nenhum covenant.

Além disso, certos contratos de empréstimos e financiamentos apresentam restrições e obrigações não financeiras adicionais, como, por exemplo, os abaixo destacados, na data base de 31 de dezembro de 2022:

- (i) obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- (ii) direito dos credores de proceder a inspeções e visitas das suas instalações;
- (iii) obrigação de manter-se em dia em relação a obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iv) obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (v) respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (vi) obrigação de realização de aportes de recursos pela Companhia em suas subsidiárias;
- (vii) constituição de contas reserva (para pagamento de serviço da dívida e/ou de overhaul) e manutenção de montantes mínimos em tais contas;
- (viii) restrições quanto ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, seja pelas subsidiárias da Companhia, seja pela própria Companhia a seus acionistas. Nesse sentido,

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ressalta-se que alguns contratos possuem vedação de distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório, exceto para os casos de anuência prévia ou atingimento de Covenants financeiros pré-estabelecidos;

- (ix) restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (x) restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e
- (xi) limites de endividamento e para a contratação de novas dívidas.

Os contratos de financiamento relativos aos projetos conduzidos por PGC e Celse bem como as emissões de debêntures da Companhia, da PGC e Parnaíba II, contêm cláusulas específicas de *Covenants* financeiros, conforme abaixo demonstrado:

Sociedade	Descrição de <i>Convenants</i> Financeiros	Periodicidade de apuração	Posição em 31/12/2022
PGC	Dívida Líquida de, no máximo, 4,0*1 vezes o EBITDA	Anual	Atendido
PGC	Índice de cobertura do serviço da dívida igual a ou maior que 1,2	Anual	Atendido
Parnaíba II	Dívida Líquida de, no máximo, 3,0 vezes o EBITDA	Anual	Atendido
Eneva	Dívida Líquida de, no máximo, 6,5*2 vezes o EBITDA	Trimestral	Atendido
Celse	Índice de cobertura do serviço da dívida igual a ou maior que 1,1*3	-	Atendido

\*1 Conforme deliberado e aprovado na assembleia de debenturistas da primeira emissão de debêntures da PGC, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA em 31 de dezembro 2022 poderá atingir até 4,0. Em 31 de dezembro de 2023 o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 3,5. Em 31 de dezembro de 2024 o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 3,0. Adicionalmente, foi deliberado e aprovado que o índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") terá a sua apuração suspensa, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2024.

\*2 Conforme deliberado e aprovado em assembleias de debenturistas da segunda, terceira, quinta, sexta, e sétima emissão de debêntures da Eneva S.A., assim como na terceira emissão de debêntures da Parnaíba II, no período compreendido entre 30 de junho de 2022 (inclusive) e 30 de junho de 2023 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 6,5. No período compreendido entre 30 de setembro de 2023 (inclusive) e 31 de dezembro de 2023 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,5. No período compreendido entre 31 de março de 2024 (inclusive) e 30 de junho de 2024 (inclusive), o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 5,0. Após esse período, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA passa a ser de até 4,5.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

\*3 Conforme aprovado no "Consent and waiver to the common terms agreement", no período compreendido entre 29 de julho de 2022 (inclusive) e 30 de junho de 2023 (inclusive), a Companhia não fará a apuração do índice de cobertura do serviço da dívida.

Adicionalmente, ressalta-se que em virtude dos contratos financeiros celebrados pela Companhia, as ações/quotas de determinadas controladas da Companhia (como por exemplo, Azulão e PGC, por exemplo) são objeto de penhor ou alienação fiduciária aos credores das dívidas por estas contraídas. Para mais informações, vide o item 2.1(f) acima.

A Eneva e suas controladas, exceto a Celse, possuem cláusulas em todos seus contratos de financiamento, títulos de crédito e emissões de valores mobiliários, bem como em contratos de prestação de garantia, prevendo o seu vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*) decorrente do inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária com instituição financeira em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 50 milhões nas controladas, e R\$ 100 milhões no caso da Eneva, atualizados monetariamente pelo IPCA.

### g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia e/ou suas controladas possuíam os seguintes financiamentos contratados em 31 de dezembro de 2022:

Em R\$ milhões				
Empresa	Credor	Valor Contratado	Valor Utilizado	Saldo utilizado (%)
ENEVA S/A	FINEP Monobore	79,3	69,5	88%
ENEVA S/A	FINEP Araguaína	36,5	31,5	86%
PARNAÍBA GERAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA E	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	842,6	842,6	100%
AZULÃO GERAÇÃO DE ENERGIA	BANCO DO BRASIL	286,1	199,0	70%
AZULÃO GERAÇÃO DE ENERGIA	BANCO DA AMAZÔNIA S.A.	1.000,0	1.000,0	100%
PARNAÍBA II	BANCO DO BRASIL	274,2	100,1	37%
SPE FUTURA 3 GERAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA E	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	200,0	200,0	100%
SPE FUTURA 4 GERAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA E	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	300,0	262,0	87%
SPE FUTURA 5 GERAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA E	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	150,0	150,0	100%
SPE FUTURA 6 GERAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA E	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	100,0	100,0	100%
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SERGIPE PARTICIPAÇÕES SA	IDB	804,0	804,0	100%
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SERGIPE PARTICIPAÇÕES SA	IFC	816,8	816,8	100%
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SERGIPE PARTICIPAÇÕES SA	CHINA FUND	201,0	201,0	100%
CENTRAIS ELÉTRICAS DE SERGIPE PARTICIPAÇÕES SA	BRADESCO	USD 200,0	USD 0,0	0%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações a seguir apresentadas expressam as opiniões dos Diretores da Companhia a respeito das alterações significativas e relevantes nos itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa.

O resumo das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresenta as informações extraídas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“**IFRS**”), preparados sob a responsabilidade da administração da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades nas quais a Companhia mantém o controle acionário, direta ou indiretamente, cujos encerramentos dos exercícios sociais são coincidentes com os da Companhia, e as práticas contábeis adotadas por essas sociedades são uniformes.

### Demonstrações dos Resultados

#### Comparação dos resultados consolidados da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<i>(em R\$ milhões, exceto percentuais)</i>	<b>2022</b>	<b>AV%</b>	<b>2021</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Receita operacional líquida	6.128,6	100,0%	5.124,4	100,0%	19,6%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(4.251,3)	-69,4%	(3.181,7)	-62,1%	33,6%
<b>Resultado bruto</b>	<b>1.877,3</b>	<b>30,6%</b>	<b>1.942,7</b>	<b>37,9%</b>	<b>3,4%</b>
Despesas/Receitas operacionais					
Gerais e administrativas	(877,1)	-14,3%	(544,8)	-10,6%	61,0%
Outras receitas e (despesas) operacionais	281,0	4,6%	194,6	3,8%	44,4%
Resultado de quivalência patrimonial	2,8	0,0%	(0,7)	0,0%	-500,0%
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>1.284,0</b>	<b>21,0%</b>	<b>1.591,8</b>	<b>31,1%</b>	<b>-19,3%</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	540,7	8,8%	151,9	3,0%	256,0%
Despesas financeiras	(1.307,9)	-21,3%	(338,4)	-6,6%	286,5%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>516,8</b>	<b>8,4%</b>	<b>1.405,3</b>	<b>27,4%</b>	<b>-63,2%</b>
---	--------------	-------------	----------------	--------------	---------------

### Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

Corrente	(89,7)	-1,5%	(105,9)	-2,1%	-15,3%
Diferido	(51,3)	-0,8%	(126,1)	-2,5%	-59,3%

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>375,8</b>	<b>6,1%</b>	<b>1.173,3</b>	<b>22,9%</b>	<b>-68,0%</b>
-----------------------------------	--------------	-------------	----------------	--------------	---------------

### Receita operacional líquida

A receita bruta compreende no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional líquida é líquida dos impostos sobre vendas, P&D, penalidades por indisponibilidade e outras deduções.

A conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim se apresenta:

	2022	2021
<b>Receita bruta</b>		
Disponibilidade (ACR)	3.907,0	2.240,6
Venda de energia (ACR)	87,2	2.450,4
Venda de energia (ACL)	2.865,8	917,9
Valor justo dos contratos de energia	132,2	30,9
Venda de gás e condensado	58,9	16,0
	<b>7.051,1</b>	<b>5.655,7</b>
<b>Deduções da receita</b>		
Impostos sobre vendas	(713,4)	(464,8)
P&D	(44,8)	(47,6)
Ressarcimento	(154,7)	(18,8)
Outras deduções	(9,6)	-
	<b>(922,5)</b>	<b>(531,0)</b>
<b>Total da receita de operacional líquida</b>	<b>6.128,6</b>	<b>5.124,44</b>

A receita de operacional líquida da Companhia passou de R\$ 5.124,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 6.128,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 19,6% e teve como principais fatores:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- a. Aumento na venda de energia no ambiente de comercialização regulado (ACR) no valor de R\$ 1.666,4 milhões, devido as receitas fixas advinda das aquisições da CGTF e da Celse e pela atualização da receita fixa (disponibilidade) pelo IPCA acumulado de 12 meses;
- b. Aumento na venda de energia no ambiente de comercialização livre (ACL) no montante de R\$1.947,9 milhões, devido a venda de energia para a Argentina e ao aumento de trading de energia após a aquisição da Focus;
- c. Parcialmente compensado pela redução na venda de energia no ambiente de comercialização regulado (ACL) no montante de R\$ 2.363,2, motivado pela redução do percentual médio de despacho, devido ao alto volume dos reservatórios hídricos, principalmente, para as usinas térmicas. Vale ressaltar que em 2021 o aumento foi atípico devido ao agravamento da crise hídrica no país.

### Custo dos bens e/ou serviços vendidos

O custo dos bens e/ou serviços vendidos passou de R\$3.181,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$4.251,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$1.069,6,2 ou 33,6%. Esse aumento deve-se, principalmente, aos fatores abaixo:

- a. Aumento no custo com energia elétrica para revenda no montante de R\$ 1.348,5 milhões, representado pelo aumento do volume de comercialização de energia, devido à aquisição da Focus, que aumentou, de forma significativa, o volume de comercialização de energia e a compra de energia para recomposição de lastro;
- b. Aumento nos custos regulatórios que totalizaram R\$ 266,8 milhões, que foram incrementados no ano de 2022 devido as aquisições realizadas da Focus, CGTF e Celse, bem como da atualização dos valores de contratos dos empreendimentos que já faziam parte do grupo;
- c. Aumento nos custos com serviços de terceiros no montante de R\$ 193,9 milhões, em decorrência da entrada em operação comercial de Azulão-Jaguatirica durante o exercício social, onde os custos (principalmente os serviços de transporte) eram anteriormente capitalizados, aquisição da Celse, serviços técnicos de exploração de gás e taxa de distrato do carvão nas subsidiárias Pecém II e Itaqui; e
- d. Compensado pela redução dos custos com insumos no valor de R\$ 966,1 milhões decorrente, substancialmente, pela falta de despacho das UTEs de Itaqui e Pecém II em 2022, ou seja, usinas que não estão sendo utilizadas em um determinado momento, apesar de estarem disponíveis para



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

fazê-lo, bem como pela redução do despacho das UTEs Parnaíba I, Parnaíba II e Parnaíba III no ano de 2022.

### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$544,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$877,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de despesas de 61,0%. Esse aumento deve-se, principalmente, aos fatores abaixo:

- a. Incremento nos gastos de pessoal, no montante de R\$79,9 milhões, que está, substancialmente, ligado à aquisição da Focus, CGTF e Celse aumentando o quadro de funcionários na Companhia, representando um aumento de 28,6% comparando-se ao exercício anterior;
- b. Incremento dos gastos com serviços de terceiros, no montante de R\$77,1 milhões, decorrente principalmente, de prestação de serviços de consultoria para auditoria, pareceres técnicos, e assessoria jurídica e financeira relacionados ao gerenciamento de projetos e estudos de M&As ocasionados para as aquisições que ocorreram no exercício social, representando um aumento de 119,3% comparando-se ao exercício anterior;
- c. Aumento dos gastos com exploração e poços secos na Companhia em R\$32,9 milhões e início de campanha sísmica mais intensa, representando um aumento de 35,6% quando comparado com o exercício anterior; e
- d. Aumento das despesas de depreciação e amortização no montante de R\$81,3 milhões, decorrente, principalmente, do incremento das aquisições realizadas em 2022 com ativos operacionais, especialmente CGTF e Celse, representando um aumento de 132,6% comparando-se ao mesmo período do exercício anterior.

### Resultado Financeiro

#### *Receitas Financeiras*

As receitas financeiras passaram de R\$151,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$540,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$388,8 milhões ou 256,0%, devido, principalmente, ao aumento de R\$276,8 milhões, ou 440,9%, de aplicações financeiras em função do crescimento do CDI médio no período, acompanhado do aumento de R\$134,3 milhões, ou 918,9%, de variação cambial devido, principalmente, sobre o arrendamento do navio *Floating Storage Regasification Unit* da Celse.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### *Despesa Financeira*

As despesas financeiras passaram de R\$338,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.307,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$969,5 milhões, ou 286,5%, motivado, principalmente, por:

- a. Aumento de R\$ 547,5 milhões, ou 413,6% de juros de debêntures motivado pelo crescimento do endividamento total com as 7º, 8º e 9º emissões de debêntures simples, bem como pela entrada das debêntures da Celse no resultado após a aquisição da empresa e pelo início do impacto no resultado financeiro das debêntures captadas para os projetos Azulão-Jaguatirica e Parnaíba V;
- b. Aumento de R\$123,3 milhões, ou 2.566,0%, de encargos da dívida motivado, principalmente, pela entrada do fluxo da dívida da Celse no resultado consolidado da Companhia;
- c. Aumento de R\$ 47,6 milhões devido a despesa de juros sobre arrendamento mercantil (IFRS 16, CPC 06) referente ao contrato de arrendamento do navio FSRU fretado pela Celse.

### **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

#### *Corrente*

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social corrente passaram de R\$105,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$89,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 15,3%, em decorrência, majoritariamente, da redução no montante de R\$888,5 ou 63,2% do resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social, que era de R\$1.405,3 milhões e passou a ser de R\$516,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, parcialmente compensado por um maior efeito de adições permanentes, o que causou uma menor redução do lucro fiscal e motivou um aumento na alíquota efetiva em comparação ao exercício anterior.

#### *Diferido*

Os valores referentes ao imposto de renda e contribuição social diferidos passaram de uma despesa de R\$126,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma despesa de R\$51,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$74,8 ou 59,3%, motivado, principalmente, por:

- a. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido credor na Controladora no montante de R\$ 82,9 milhões pela constituição de crédito tributário diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, e a constituição da despesa diferida sobre o ganho de compra vantajosa apurada nas aquisições do Grupo Focus e CGTF; e

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- b. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido nas subsidiárias CGTF, Celse, Celsepar, Focus Energia e FC One no montante de R\$ 132,7 milhões pela constituição da despesa diferida sobre depreciação acelerada, arrendamento (IFRS16) e valor justo dos contratos de comercialização de energia que passaram a ser consolidadas no grupo Eneva em 2022.

### Comparação das demonstrações financeiras consolidadas de fluxo de caixa da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

<i>(em R\$ milhões, exceto percentuais)</i>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022x2021</b>
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	1.268,1	1.232,8	2,9%
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos	(9.089,3)	(1.245,7)	629,7%
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados (consumidos) nas atividades de financiamentos	8.120,2	(379,8)	-2.238,3%
<b>Aumento / Diminuição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>299,0</b>	<b>(392,6)</b>	<b>-176,2%</b>

**Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais:** O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais passou de R\$1.232,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.268,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, registrando um aumento de 2,9%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido:

- a. Ao aumento na variação do contas a receber em R\$174,2 milhões devido, principalmente, às receitas de exportação das UTEs Parnaíba I e Parnaíba II, bem como aos contratos regulados vigentes no período das UTEs, refletindo o reajuste anual contratual e ao incremento da receita fixa da CGTF e da Celse;
- b. A redução da variação no saldo de contas a pagar em R\$242,8 milhões devido, principalmente, ao pagamento para a GE Capital como parte do montante acordado para aquisição de 100% das ações da CELSEPAR, ao aumento das provisões do contas pagar, bem como na provisão para remuneração variável.

**Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos:** O caixa líquido consumido nas atividades de investimento passou de R\$1.245,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$9.089,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, registrando um aumento de 629,7%. Essa variação ocorreu, principalmente, devido a:

- a. Combinação de negócios entre a Companhia e a Focus, CGTF e Celse, líquida do caixa adquirido, no montante de R\$ 5.291,1 milhões;
- b. Adições de imobilizado e intangível no montante de R\$ 1.027,1 milhões nas subsidiárias; e

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- c. Aquisição de debêntures da Focus para aplicação no projeto Futura I no montante de R\$ 886,8 milhões.

**Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento:** O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento passou de R\$379,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para um caixa gerado de R\$8.120,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, registrando um aumento de 2.238,0%. Esta variação é decorrente, principalmente, de:

- a. Aumento de capital no montante de R\$ 4.200,0 milhões, decorrente de oferta pública de emissão primária de ações ocorrida em junho de 2022;
- b. Novas captações de financiamentos e emissões de debêntures no montante de R\$ 6.539,7 milhões, para financiar os projetos da Companhia, como, por exemplo, o Projeto Futura I, UTE Parnaíba V e UTE Parnaíba IV; e
- c. Parcialmente compensado pela amortização de principal e juros de financiamentos no montante de R\$ 2.102,7 milhões, em destaque pela liquidação antecipada do financiamento existente da Celse com a GE Capital como parte do montante acordado para aquisição da Celse, composto por amortizações de principal de R\$ 757,0 milhões e de juros de R\$ 124,8 milhões.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### a. resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

##### Fontes de Receita

Em vista da natureza das operações da Companhia, os Diretores da Companhia entendem que a sua principal fonte de receitas é a venda de energia provenientes dos segmentos operacionais de geração e comercialização de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou receita de venda de bens e/ou serviços de R\$ 6.128,6 milhões, comparado a R\$ 5.124,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

##### Demanda e uso de energia elétrica pelos consumidores

A quantidade efetiva de energia elétrica comercializada pela Companhia, bem como as tarifas cobradas, é determinante no montante de receitas que a Companhia obtém na venda de energia elétrica. O volume de energia elétrica comercializado pela Companhia, no entanto, varia em função da demanda do mercado e o efetivo uso de energia elétrica pelos consumidores da Companhia e sua capacidade de controlar ou impactar tal demanda e uso é bastante limitada.

Mudanças na demanda por energia elétrica são impulsionadas, em grande parte, por fatores gerais fora do controle da Companhia, incluindo (i) alterações no nível de atividade econômica no Brasil, (ii) as mudanças no volume de uso de energia elétrica pelos consumidores da Companhia, (iii) a opção de alguns dos consumidores da Companhia de comprar energia elétrica da Companhia ou de concorrentes, e (iv) o efetivo custo de geração da energia elétrica comercializada. Desta forma, as receitas brutas da Companhia variam de período a período em resposta a variações em fatores gerais.

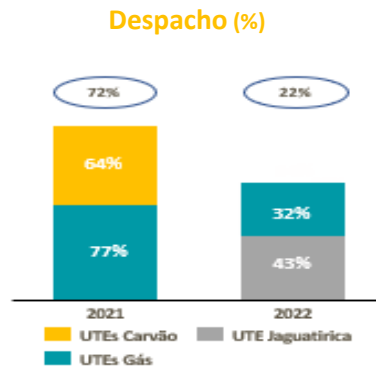
#### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O ano de 2022 foi marcado pelo aumento significativo da precipitação pluvial, comparado ao período anterior, o que favoreceu a formação de Energia Natural Afluenta (ENA), além de aumentar o volume de Energia Armazenada (EARM) para níveis bastante confortáveis.

Com isso, as usinas da Eneva despacharam em média 22% em 2022, comparado a 72% em 2021. A geração de energia foi devida à inflexibilidade de 50% da UTE Parnaíba II, à geração para o sistema isolado de Roraima pela UTE Jaguatirica II, e à geração para a exportação de energia para a Argentina pelas usinas do Complexo Parnaíba.

O gráfico abaixo apresenta os despachos médios das usinas a gás natural e a carvão nos dois períodos de comparação.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro



Como resultado da retração do despacho, a geração média bruta de energia apresentou uma redução de 58,7% em 2022 em comparação a 2021, sendo que a geração das usinas a gás diminuiu 46,2% e as usinas a carvão não operaram durante todo o ano de 2022.

Analisando o segmento de *Upstream*, tem-se que, em resposta ao menor despacho das usinas do Complexo Parnaíba, a Companhia produziu 1,06 bcm de gás em 2022, apresentando redução de 49,8% em comparação ao volume produzido em 2021. O despacho da Unidade de Tratamento de Gás em 2022 foi de 30%, comparado a 69% no ano anterior.

Como explicitado acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou uma receita de venda de bens e/ou serviços de R\$ 6.128,6 milhões, sendo os principais destaques as receitas provenientes das usinas termelétricas a gás do Parnaíba, da Comercializadora de Energia e das usinas a carvão. Adicionalmente, devido às incorporações realizadas no segundo semestre de 2022, os novos ativos adquiridos, UTE Porto Sergipe I e UTE Fortaleza, contribuíram com R\$ 937,9 milhões na receita total.

Importante ressaltar que, pela primeira vez em 2022, a Companhia passou a gerar energia para exportação à Argentina. A operação é prevista na Portaria n.º 418/GM/MME, de 19 de novembro de 2019, que estabelece as diretrizes para a exportação de energia elétrica destinada à Argentina e Uruguai, proveniente de usinas termelétricas em operação comercial despachadas de forma centralizada pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”) e disponíveis para atendimento ao Sistema Interligado Nacional, porém sem despacho por ordem de mérito ou por garantia de suprimento energético. Essas operações de exportação de energia geraram receita líquida de R\$ 527,1 milhões no ano.

Os custos operacionais, por sua vez, totalizaram R\$ 4.251,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentando um crescimento de 33,6% em relação a 2021 devido, principalmente, a incorporações realizadas ao longo de 2022, entrada em operação comercial da UTE Jaguatirica II, além do incremento de custos variáveis referente à exportação de energia para a Argentina. Esses fatores foram parcialmente compensados pela redução nos custos associados ao despacho das usinas, em função da menor geração de energia elétrica.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Já despesas operacionais, totalizaram R\$877,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um crescimento de 61,0% na comparação com o ano anterior, devido, principalmente, a maiores despesas relacionadas a consultorias financeiras e jurídicas que assessoraram projetos de M&A e integração de Focus, CGTF e Celse despesas de pessoal, em virtude tanto da incorporação dos três ativos quanto de novas contratações, para sustentar a estratégia de crescimento da Companhia; campanha sísmica, iniciada em 2022, com previsão de aquisição de 5 mil km de sísmicas 2D, que afetam as despesas com Geologia e Geofísica (G&G) do segmento de *Upstream*; e maiores custos regulatórios, em função tanto do início da operação comercial da UTE Parnaíba V quanto da atualização tarifária das usinas já em operação, impactando principalmente Parnaíba I devido ao fim do seu período de estabilidade.

O resultado financeiro líquido negativo totalizou R\$ 767,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao resultado negativo de R\$ 186,5 milhões em 2021. Os principais efeitos que contribuíram para o crescimento do resultado negativo na comparação anual foram: (i) crescimento de R\$ 547,5 milhões das despesas com juros sobre debêntures, sobretudo em função do aumento do CDI médio no período e do aumento do montante de debêntures no endividamento total, com a realização da 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures simples da Eneva em 2022. Adicionalmente, entre outros fatores, observou-se o aumento das despesas com encargos de dívida em R\$ 128,0 milhões, refletindo a entrada do fluxo da dívida da Celse no resultado consolidado da Companhia após a conclusão do processo de aquisição, bem como o início da classificação no resultado financeiro dos encargos relacionados às dívidas do BNB e do BASA, captados, respectivamente, para os projetos Parnaíba V e Azulão-Jaguatirica, que, após entrarem em operação em 2022, passaram a ter seus juros, correções monetárias e encargos contabilizados no resultado financeiro.

Como resultado desses efeitos explicitados acima, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 375,8 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### **b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

#### **Condições macroeconômicas**

Uma vez que todas as atividades são conduzidas no Brasil e toda a receita da Companhia é auferida por vendas de energia no Brasil, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia são influenciados pelas condições econômicas do país. A economia brasileira tem registrado variações significativas nas taxas de crescimento econômico, juros, inflação e taxas de câmbio. A companhia avalia constantemente as suas exposições a esses indicadores e sugere políticas e estratégias para minimizar os impactos dessas variações em sua atividade.

A tabela abaixo mostra as taxas de inflação, juros e câmbio nos exercícios indicados:

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

	<b>2022</b>
Crescimento (redução) do PIB	2,9%
Inflação acumulada no período (IGP-M) (1)	5,45%
Inflação acumulada no período (IPCA) (2)	5,79%
CDI ao fim do período (3)	13,65%
TJLP ao fim do período (4)	7,20%
Valorização (desvalorização) do real frente ao dólar no período (5)	-6,50%
Taxa de câmbio ao fim do período (6)	5,2177
Taxa de câmbio média no período (6)	5,1662

Fonte: Banco Central, FGV, IBGE, Câmara de Custódia e Liquidação e CETIP.

(1) IGP-M é o índice geral de preços de mercado conforme calculado pela FGV. Para 2022, foi utilizado os últimos 12 meses até 31 de dezembro de 2022.

(2) IPCA é o índice de preços do consumidor amplo conforme calculado pelo IBGE.

(3) A taxa CDI é uma taxa de referência diária correspondente à média da taxa de juros utilizada nos depósitos interbancários de um dia útil conforme registrados e liquidados no sistema da CETIP.

(4) A TJLP é a taxa de juros de longo prazo divulgada trimestralmente pelo Banco Central.

(5) Comparando a taxa de câmbio (PTAX - venda) divulgada pelo Banco Central no último dia do período com a taxa de câmbio do último dia do período imediatamente anterior.

(6) Taxa de câmbio (PTAX - venda) divulgada pelo Banco Central

### Variação cambial e na taxa de juros

A partir de outubro de 2022, a Companhia passou a ter contratos de financiamento atrelados à moeda estrangeira, especificamente em dólar americano (USD). O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados ao dólar. Os níveis de exposição cambial da Companhia têm se mantido bastante baixos em relação ao seu endividamento total, representando apenas 2,1% do endividamento geral.

A Celse, ativo adquirido em 2022, possui uma linha contratada em dólares americanos (USD) com o IDB (INTER-AMERICAN INVESTMENT CORPORATION) e o China Fund (CHINA CO-FINANCING FUND FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN), assinada em 12/04/2018, com pagamento de juros semestrais e vencimento em abril de 2032, detalhados no item 2.1.(f)(i) deste Formulário de Referência. Essa linha representa 8,1% do saldo devedor da linha de “empréstimos e financiamentos” e 2,1% do endividamento geral.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era exposta a taxas de juros e índices de inflação sobre os empréstimos e financiamentos e debêntures, que são atrelados ao CDI, IPCA, TJLP e LIBOR, essa última em processo de alteração para SOFR. A volatilidade desses indexadores impacta as despesas financeiras da Companhia. Ao avaliar os efeitos da volatilidade das taxas de juros no fluxo de caixa, a Companhia considera em seu processo de análise o possível efeito de correlação entre a flutuação das taxas de juros e a inflação brasileira, medida pelo IPCA, uma vez que parcela representativa dos investimentos da Companhia tem a sua remuneração corrigida anualmente pela inflação.



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Em 31 de dezembro de 2022, 97,9% do endividamento da Companhia era denominado em reais (R\$) dos quais 25,9% atrelados ao CDI, 0,1% à TJLP, 59,0% ao IPCA, e 12,7% pré-fixado. O endividamento em moeda estrangeira é reconhecido pela Companhia em reais, convertendo seu saldo devedor pela taxa de câmbio ao fim do período.

### Ajustes sobre as tarifas

A receita da Companhia está atrelada aos contratos de comercialização de energia celebrados pelas usinas nas quais tem participação. Aquelas que celebraram contratos por disponibilidade em Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") recebem uma parcela fixa e outra variável, conforme segue:

- *Receitas Fixas:* remuneram o investimento do empreendedor e são indexadas à inflação pelo IPCA com reajuste anual. A usina faz jus ao recebimento desta parcela de receita independente de ser chamada ao despacho pelo ONS
- *Receitas Variáveis:* remuneram os custos variáveis incorridos na ocasião de despacho pelo ONS. A composição das receitas variáveis varia de acordo com o tipo de combustível utilizado pela usina. As térmicas movidas a carvão têm sua receita variável atrelada ao preço internacional do carvão (CIF ARA), moeda estrangeira (dólar americano) e inflação (IPCA), enquanto as térmicas movidas a gás natural podem ter sua receita variável atrelada ao preço internacional do gás (*Henry Hub*), *Brent*, moeda estrangeira (dólar americano), inflação (IPCA e IGP-M) e Producer Price Index (PPI).

Todas as usinas podem receber, além das parcelas de receita fixa e variável, receita oriunda da liquidação de energia no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), a qual é remunerada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), calculado diariamente para cada hora do dia seguinte, considerando a aplicação dos limites máximos (horário e estrutural) e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado, conforme definição da ANEEL anualmente.

### c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional das usinas térmicas é impactado pela inflação (IPCA), que faz parte da fórmula de reajuste das receitas fixas e de parte das usinas, além de compor os custos operacionais das térmicas a gás através do reajuste da molécula de gás.

O preço internacional do carvão (CIF ARA) e o dólar americano impactam a receita e os custos variáveis das térmicas a carvão. Já o custo do gás no mercado internacional (*Henry Hub*) e o dólar americano impactam a receita de Parnaíba I. Por sua vez, Parnaíba II, Parnaíba III e Parnaíba IV tem o seu custo do gás atrelado ao IPCA. A UTE Parnaíba V, operacional desde novembro de 2022, é o fechamento de ciclo da UTE Parnaíba

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

I, de maneira que sua produção de energia elétrica não consome gás natural, não tendo, portanto, custos de combustível associados. Os demais custos de operação desta usina são reajustados pela inflação.

Adicionalmente, o preço internacional do petróleo (*Brent*) e o dólar americano impactam a receita e os custos variáveis da UTE Porto de Sergipe I; e o IGPM, PPI e o dólar americano impactam a receita e os custos da UTE Fortaleza.

É importante ressaltar que as operações de liquidação de energia no mercado de curto prazo são impactadas pelo PLD.

O resultado financeiro da Companhia pode ser impactado pela variação da TJLP, IPCA, CDI, LIBOR e a valorização ou desvalorização do Real frente ao dólar americano. Em 31 de dezembro de 2022, 100,0% da dívida era denominada em reais, assim como em 31 de dezembro de 2021.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3. Os diretores devem comentar:

#### a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

**2022**

#### **Alterações introduzidas à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado - Recursos antes do uso pretendido**

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes de o ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

Devido a alteração na norma contábil, as receitas de teste serão registradas no resultado da Companhia a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos não são relevantes.

#### **b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Os Diretores da Companhia informam que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o relatório dos auditores independentes não incluiu parágrafos de ênfase ou ressalva.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, houve introdução de segmento operacional denominado Usinas Solares.

A introdução deste novo segmento se deu pela combinação de negócios por meio da incorporação da Focus Energia Holding Participações S.A. ("Focus") na Eneva II Participações S.A. e, subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia, com o maior destaque para o Projeto Futura, que consiste em um complexo de geração de energia solar que está sendo desenvolvido no estado da Bahia, com capacidade instalada de 671 MW, contemplando os projetos de Futura 1, 2 e 3. A primeira usina, a de Futura 1, entrou em operação em maio de 2023. O impacto nas operações do Grupo Eneva trazidos por tais usinas solares incorporadas, quer seja em sua etapa de construção ou quando de suas entradas em operação, é considerado relevante e, por este motivo, a Companhia entende que a introdução de um novo segmento é necessária para melhor apresentação destas informações.

**b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

**2022**

*Combinação de negócios – Focus*

Em 11 de março de 2022, após atendidas todas as condições precedentes da transação, foi concluída a combinação de negócios entre a Companhia e Focus, realizada por meio da incorporação societária da Focus na Eneva II Participações S.A. e subsequente incorporação societária da Eneva II Participações S.A. na Companhia. Como consequência, todas as empresas controladas pela Focus, incluindo as controladoras das SPEs Futura, passaram a ficar sob o controle da Eneva.

A Focus atuava como uma plataforma integrada de negócios de energia renovável no Brasil, com foco nos segmentos de comercialização, geração de energia para comercialização no mercado livre, geração distribuída e prestação de serviços em energia para geradores e consumidores livres. Além das operações de comercialização de energia, a Focus também possuía como foco principal a construção e desenvolvimento do Projeto Futura, usinas de geração de energia renovável, de fonte solar.

A contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 21 de março de 2022 no montante total de R\$ 936,5 milhões, compostos por R\$ 732,8 milhões de pagamento em dinheiro feito aos antigos acionistas da adquirida (que se referem aos R\$ 715,0 milhões do acordo original atualizados até a data de efetivação

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

do negócio) e R\$ 203,7 milhões equivalentes a emissão de 17 milhões de novas ações da Eneva ao preço unitário de R\$ 11,98 (valor justo das ações na data de aquisição), entregues aos vendedores.

A combinação de negócios com a Focus possui como principais motivadores econômicos e estratégicos (i) a aquisição do Projeto Futura que pretende ser o maior parque de energia solar do Brasil, acelerando desta forma a diversificação da matriz energética da Companhia, sendo este o maior atrativo para a operação; (ii) expansão de sua operação no segmento de comercialização de energia; e (iii) possibilidade de diversos ganhos de sinergias operacionais e financeiras.

### *Aquisição de participação – Central Geradora Termelétrica Fortaleza (CGTF)*

Em 23 de agosto de 2022, após atendidas todas as condições precedentes da transação, foi concluída a aquisição da totalidade da participação acionária da CGTF.

A CGTF está localizada na região metropolitana do Ceará, integrando o complexo industrial e portuário do Pecém, instalado em uma região estratégica para o crescimento desse estado. Atua na geração e comercialização de energia elétrica, produzindo energia em um ciclo combinado de gás e vapor. Em outubro de 2001, recebeu autorização da Aneel como produtor independente de energia elétrica, sendo o vencimento de sua concessão em dezembro de 2023.

A aquisição da CGTF possui como principal motivador econômico e estratégico o fortalecimento da atuação no mercado de geração de energia na região nordeste do Brasil.

A contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 23 de agosto de 2022, no montante de R\$ 550,6 milhões, composto por R\$ 489,8 milhões efetivamente pagos e R\$ 60,8 milhões relativos ao valor presente do pagamento contingente previsto em caso de reconstrução da planta ("Earn-out") até 31 de dezembro de 2028, contabilizado como uma obrigação junto aos antigos acionistas.

A seguir apresentamos a composição da contraprestação transferida e a metodologia de cálculo do Earn-out:

<b>Contraprestação paga (R\$ milhares)</b>	
Preço-base	489.757
Valor presente do Earn-out	60.799
<b>Preço total pago</b>	<b>550.556</b>
<b>Earn-out</b>	
Volume contratado <b>(a)</b>	295,33
Valor por MWH <b>(b)</b>	306.000
Valor a ser pago 01/07/2022 - valores reais <b>(c) = (a)*(b)</b>	90.372,36
Fator de correção <b>(d)</b>	1,23
Fator de desconto <b>(e)</b>	0,55
Valor presente do Earn-out <b>(f) = (c) * (d) * (e)</b>	60.799

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

- a. Capacidade térmica da usina
- b. Premissa de preço
- d. Correção monetária contratual (IPCA)
- e. Taxa de desconto

*Aquisição de participação – Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. e da Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A.*

No dia 3 de outubro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações das empresas Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("Celsepar"), da Celse, e da Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A. ("Cebarra"), que possui ativo imobilizado para construção dos projetos de expansão da Celse, e da DC Energia, sociedade holding que detém participação societária na Celsepar e Cebarra.

A operação foi concluída após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato de aquisição. O valor total da operação foi de R\$ 6.650,1 milhões. Sua conclusão está alinhada com o plano econômico e estratégico da Companhia em fortalecer a atuação no mercado de geração de energia na região nordeste do Brasil.

A Celsepar tem como principal ativo operacional a UTE Porto de Sergipe I ("Usina"), uma usina termelétrica a gás natural em ciclo combinado, com capacidade instalada de 1.593 MW, localizada em Barra dos Coqueiros, no Estado de Sergipe, na região Nordeste do país. A Usina está integralmente contratada no ambiente regulado até dezembro de 2044, fazendo jus a uma receita fixa anual de R\$ 1,9 bilhão (novembro de 2021), indexada ao IPCA, acrescida de receita variável equivalente a R\$ 406,2/MWh (junho de 2022), indexada ao Petróleo Brent, conforme os termos do contrato de suprimento de gás.

A contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 03 de outubro de 2022, no montante de R\$6.650,1 milhões, compostos por R\$6.590,3 milhões pagos e com retenção do preço pago (*holdback*) no montante de R\$59,8 milhões. Esse montante de *holdback* está registrado como passivo no balanço da adquirente (controladora).

*Aquisição de participação – Amapari Energia S.A.*

Em 11 de outubro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 55.057.111 ações detidas pela empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, correspondente a 49% do capital social de Amapari Geração de Energia S.A. pelo montante de R\$ 17,8 milhões. O valor justo da operação é composto por R\$ 21,8 milhões, descontados R\$ 4,0 milhões referentes ao passivo a descoberto, passando a Companhia a deter 100% do capital social da Amapari.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

*Alienação de participações – Focus Mais Geração Distribuída S.A. e Focus Geração Barbacena Ltda.*

No dia 14 de dezembro de 2022, a Eneva e a Focus venderam 100% da participação no capital social e votante das subsidiárias Focus Mais Geração Distribuída S.A ("Focus Mais") e Focus Geração Barbacena Ltda. ("Barbacena").

A Focus Mais é proprietária e operadora das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH's) denominadas (i) Camanducaia com capacidade instalada de aproximadamente 2,61MW e (ii) CGH Cachoeira Espírito Santo com capacidade instalada de aproximadamente 1,68MW. A Barbacena é proprietária e operadora das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH's) denominadas (i) CGH Lavras com capacidade instalada aproximadamente de 1,20 MW e da (ii) CGH Ilhéus com capacidade instalada aproximadamente de 2,56MW.

Essas subsidiárias foram adquiridas pela Eneva por meio da combinação de negócios com a Focus, visando principalmente os parques solares (Projeto Futura) e a carteira de clientes de comercialização de energia. Por isso, as referidas CGHs não faziam parte da estratégia operacional da Companhia.

A contraprestação recebida pela venda será de R\$ 39,1 milhões. O preço de aquisição deverá ser pago pela compradora para cada uma das vendedoras em parcela única: R\$ 21,9 milhões para a Eneva S.A e R\$ 17,2 milhões para a Focus Futura Holding Participações S.A. O ajuste final do preço de aquisição será em até 90 dias após a data de fechamento. Foi apurado perda de impairment da venda de R\$ 54,8 milhões, sendo R\$ 27,3 milhões referentes à baixa da mais valia gerada na aquisição das CGHs e R\$ 27,6 milhões de perda na alienação de investimentos referentes à venda da participação da Focus Mais, reconhecidos na demonstração do resultado na linha de "outras receitas (despesas) operacionais".

O fechamento da operação ocorreu no dia 01 de fevereiro de 2023.

### **c. eventos ou operações não usuais**

Os Diretores informam que não houve no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## 2.5 Medições não contábeis

### 2.5. Medições não contábeis

#### a. Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 as seguintes medições não contábeis:

#### **EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022, que consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo (i) resultado financeiro líquido; (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido; e (iii) despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA, por sua vez, é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde à divisão do EBITDA pela receita de venda de bens e/ou serviços.

EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício, ajustado por itens não recorrentes e/ou não operacionais, incluindo, mas não se limitando, a (i) baixa de poços secos e áreas subcomerciais; e (ii) PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa). A Margem EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde à divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão, e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado elaborados por outras empresas, bem como, não devem ser analisados de forma isolada.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
<b>EBITDA</b>	2.122,3
<b>Margem EBITDA</b>	34,6%
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	2.150,1
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	35,1%



## 2.5 Medições não contábeis

### **Endividamento Bruto e Endividamento Líquido**

O Endividamento Bruto é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao somatório dos saldos dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos dos empréstimos e financiamentos e debêntures. A Companhia utiliza o Endividamento Bruto como medida para monitorar o cumprimento de suas obrigações contratadas com instituições financeiras líquidas de seus derivativos.

O Endividamento Líquido é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, e corresponde ao saldo do Endividamento Bruto, líquido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A Companhia utiliza o Endividamento Líquido para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital. O Endividamento Bruto e Endividamento Líquido não são uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparáveis ao Endividamento Bruto e Endividamento Líquido elaborados por outras empresas.

Seguem abaixo os valores do Endividamento Bruto e Endividamento Líquido da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

<b>(em R\$ milhões)</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022</b>
<b>Endividamento Bruto</b>	18.604,8
<b>Endividamento Líquido</b>	16.582,2

### **b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

### **EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Lucro Líquido para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado correspondentes ao exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2022:

<b>(em R\$ milhões, exceto %)</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>375,8</b>
(+) Resultado financeiro, líquido	767,2
(+) Depreciação e Amortização	838,5

## 2.5 Medições não contábeis

(+ / -) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, líquido	141,0
<b>EBITDA</b>	<b>2.122,3</b>
Receita de venda de bens e/ou serviços	6.128,6
<b>Margem EBITDA</b>	<b>34,6%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>2.122,5</b>
(+) Baixa de Poços Secos e áreas subcomerciais (a)	27,8
(+) PECLD (b)	-
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>2.150,1</b>
Receita de venda de bens e/ou serviços	6.128,6
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>35,1%</b>

a. Baixa de Poços Secos e áreas subcomerciais consistem em poços exploratórios que se revelaram secos ou subcomerciais para a produção de gás natural.

b. Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD - perda esperada através da criação de uma matriz de risco na realização de uma base confiável dos últimos cinco anos do contas a receber, verificando o histórico de perdas.

### Endividamento Bruto e Endividamento Líquido

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Lucro Líquido para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

(em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.374,3</b>
Empréstimos e financiamentos	365,5
Debêntures	865,5
Instrumentos financeiros derivativos - Swap debêntures	143,3
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>17.231,0</b>
Empréstimos e financiamentos	4.528,8
Debêntures	12.702,2
<b>Ativo Circulante</b>	<b>(0,5)</b>
Instrumentos financeiros derivativos - Trades	(0,5)
<b>Endividamento Bruto (1)</b>	<b>18.604,8</b>

## 2.5 Medições não contábeis

(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.291,3)
(-) Títulos e valores mobiliários	(731,3)
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>16.582,2</b>

(1) O endividamento bruto consiste na soma dos empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos registrados no ativo e passivo circulante e não circulante da Companhia.

**c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

### **EBITDA e EBITDA Ajustado**

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício antes do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.

A Companhia divulga ao mercado o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA acrescido de Poços Secos e PECLD, expurgando efeitos que podem dificultar a compreensão sobre a performance operacional e financeira da Companhia, com eventos que não representam saída direta de caixa. O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não possuem significado padrão e podem não ser comparáveis com medidas semelhantes utilizadas por outras companhias.

A Companhia utiliza o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado como indicadores gerenciais (não contábeis), pois acredita serem medidas práticas para medir desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que correspondem, conforme aplicável, a indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado como uma informação adicional sobre rentabilidade e deve ser considerado em conjunto com outras medidas e indicadores para um melhor entendimento sobre o desempenho e condições financeiras da Companhia.

## 2.5 Medições não contábeis

### **Endividamento Bruto e Endividamento Líquido**

O Endividamento Bruto é calculado pela soma dos empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos circulante e não circulante. O Endividamento Líquido é calculado pelo Endividamento Bruto deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia acredita que o endividamento bruto e o endividamento líquido são medições não contábeis amplamente utilizadas no mercado financeiro e as utilizam para avaliação financeira, compondo inclusive os covenants financeiros apurados a cada período pela Companhia (conforme o caso).

Não existe uma definição padrão para medição não contábil de endividamento líquido (ou de endividamento bruto) e a definição utilizada pela Companhia pode ser diferente daquela usada por outras companhias. Endividamento bruto e endividamento líquido não são medidas de endividamento segundo as BR GAAP e IFRS, como também não são medições do fluxo de caixa, liquidez ou recursos disponíveis para o serviço da dívida da Companhia.

O Endividamento Bruto e o Endividamento Líquido apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não devem ser considerados isoladamente ou como substituto do indicador de liquidez ou desempenho.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### **2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente**

#### **Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre efeitos na quebra da "coisa julgada"**

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento por unanimidade, sobre tributos recolhidos de forma continuada, a chamada "coisa julgada", onde perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Administração da Companhia segue acompanhando a evolução do assunto.

#### **Aprovação da Aneel para incorporação da CGTF pela Eneva S.A.**

No dia 16 de março de 2023, foi efetivada a incorporação da CGTF, titular da outorga da Central Geradora Termelétrica – UTE Fortaleza com a aprovação da Aneel publicada em diário oficial.

#### **Emissão de notas comerciais escriturais**

No dia 06 de abril de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de notas escriturais, em série única, no valor de R\$ 1.000.000, na data de emissão de 14 de abril de 2023. As notas comerciais escriturais terão vigência de 60 dias contados a partir da data de emissão. As notas poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo total, amortização extraordinária e resgate antecipado conforme condições estabelecidas no termo de emissão das notas comerciais escriturais. Sobre o valor nominal unitário das notas incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI.

#### **Enquadramento ao benefício fiscal - SUDENE**

Em 09 de maio de 2023, a empresa Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A., obteve aprovação do benefício de redução de 75% do IRPJ pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), na modalidade de Modernização Total, devido aos investimentos realizados que visaram otimizar e modernizar a unidade produtiva. O benefício fiscal vigorará no período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2032.

Negociação de operação de investimento minoritário indireto do Itaú em empresas do Complexo Parnaíba A Companhia está em tratativas com o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") para a celebração de operação de investimento na qual o Itaú adquirirá participação indireta minoritária em ações preferenciais com direito de voto restrito de emissão da Eneva Participações III S.A. ("Eneva III"), que após reorganização societária

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

intragrupo, será a controladora de Parnaíba II Geração de Energia S.A. e Parnaíba Geração e Comercialização S.A., empresas do Complexo Parnaíba ("SPEs" e a "Operação", respectivamente).

A operação, que ainda não foi concluída, foi submetida à análise prévia do Conselho Administrativo de Atividade Econômica – CADE, cujo despacho de aprovação foi publicado em 12 de maio de 2023 no Diário Oficial da União, o qual será considerado definitivo após o decurso do prazo de 15 dias sem interposição de recurso de terceiro interessado ou avocação por um conselheiro do Tribunal do CADE.

Após a implementação da Operação, a Companhia manterá a titularidade da totalidade das ações ordinárias de emissão da Eneva III e, portanto, do seu controle acionário

Após o trânsito em julgado da aprovação do CADE e concluídas as negociações entre a Companhia e o Itaú, as partes celebrarão acordo de investimento e acordo de acionistas que regerá a relação das Partes na qualidade de acionistas da Eneva III.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o limite previsto em lei; (ii) formação de reserva para contingências, por proposta do Conselho de Administração; (iii) pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas; (iv) formação de reserva de lucros a realizar, por proposta do Conselho de Administração, caso o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro líquido do exercício; (v) retenção com base em orçamento de capital, por proposta do Conselho de Administração; e (vi) formação de reserva estatutária, denominada "Reserva de Investimentos", com a finalidade de financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia, com até 100% do lucro líquido remanescente, e cujo saldo, somado às demais reservas de lucro, com exceção da reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia.
<b>a.i. Valores das Retenções de Lucros</b>	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi apurado resultado positivo no montante de R\$ 375.774.566,09 (trezentos e setenta e cinco milhões setecentos e setenta e quatro mil quinhentos e sessenta e seis reais e nove centavos), o qual foi destinado para absorção de prejuízos acumulados da Companhia.
<b>a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Todo o resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi destinado à absorção de prejuízos acumulados da Companhia. Observada a legislação tributária aplicável, tão logo a Companhia apure lucro líquido, será proposta à assembleia geral, nos termos do artigo 195-A da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), a instituição formal da reserva de incentivos fiscais, no montante de R\$204,1 milhões.

## 2.7 Destinação de resultados

<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, revertendo, neste caso, em favor da Companhia. O pagamento do dividendo obrigatório pode ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.</p> <p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi apurado resultado positivo. No entanto, considerando o saldo de prejuízos acumulados em exercícios anteriores, não houve qualquer distribuição de dividendos.</p>
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou de período menores, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.</p>



## 2.7 Destinação de resultados

<p><b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b></p>	<p>A Lei das S.A. permite que a Companhia suspenda a distribuição do dividendo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com sua situação financeira. O Conselho Fiscal, se instalado, deve emitir seu parecer sobre essa informação. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") justificativa para suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos em razão da suspensão, na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita.</p> <p>Além disso, o pagamento do dividendo obrigatório pode ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei, para destinar o excesso para a reserva de lucros a realizar. Essa reserva só pode ser usada para pagamento do dividendo obrigatório.</p> <p>A Companhia e/ou suas controladas, conforme aplicável, são partes em financiamentos de projetos que contém cláusulas que restringem a distribuição de dividendos em valor superior ao mínimo obrigatório conforme previsto nos respectivos estatutos sociais, exceto para os casos de anuência prévia.</p> <p>Para mais informações, ver os itens 2.1 e 12.9 deste Formulário de Referência.</p>
<p><b>e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b></p>	<p>A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, aprovado pelos acionistas e disponível no endereço <a href="https://ri.eneva.com.br/">https://ri.eneva.com.br/</a> e no website da CVM (<a href="https://www.gov.br/cvm/pt-br">https://www.gov.br/cvm/pt-br</a>) não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.</p>

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8. Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

A Diretoria comunica que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido em suas demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

A Diretoria comunica que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados em suas demonstrações financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**(iii) contratos de construção não terminada**

A Diretoria comunica que não há construção não terminada não evidenciada em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Diretoria comunica que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### **2.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, conforme descritos no item 2.8 acima**

#### **(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

#### **(b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

#### **(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

## 2.10 Planos de negócios

**2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia possui atualmente em seu portfólio projetos relevantes em construção, conforme descritos abaixo:

**Projeto Azulão 950 MW:**

O Projeto Azulão 950MW, localizado no Estado do Amazonas, nas proximidades do Campo do Azulão, é um novo complexo termelétrico em implementação pela Eneva. Ele será formado pelas usinas UTE Azulão ("UTE Azulão I") e UTE Azulão II e UTE Azulão IV (em conjunto "UTE Azulão II"), supridas pelo gás natural do Campo de Azulão, replicando o modelo R2W (*Reservoir-to-Wire*) para a Bacia do Amazonas. A UTE Azulão I, uma usina em ciclo simples a ser construída com 1 turbina a gás de 360MW de capacidade, sagrou-se vencedora no 1º Leilão de Capacidade da ANEEL realizado em dezembro de 2021 com a venda de 295MW de potência a partir de julho de 2026 por 15 anos. A UTE Azulão II, uma usina em ciclo combinado que terá 1 turbina a gás natural de 360MW de capacidade e 1 turbina a vapor de 230MW de capacidade, sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Reserva de Capacidade na forma de energia da ANEEL, com a contratação de 520,8MW de potência com inflexibilidade contratual de 70%, pelo prazo de 15 anos, a partir de 31 de dezembro de 2026. O investimento total estimado para a implantação do Projeto Azulão 950MW é de R\$ 5,8 bilhões.

No primeiro trimestre de 2023 o projeto Azulão 950 MW encontrava-se em fase de supressão vegetal e terraplanagem e a Companhia estava avançando no planejamento e na engenharia básica. A mobilização das obras civis estava prevista para o final do primeiro semestre de 2023.

**UTE Parnaíba VI:**

Em 18 de outubro de 2019, a expansão da usina termelétrica UTE MC2 Nova Venécia 2 (Parnaíba III), com capacidade instalada adicional de 92,3 MW (UTE Parnaíba VI), sagrou-se vitoriosa no leilão de energia nova A-6 de 2019 da ANEEL, assegurando um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2025. O investimento estimado para a implantação do projeto é de R\$ 651 milhões.

A construção do projeto UTE Parnaíba VI foi iniciada em 2022 e, dentre os marcos principais do projeto, a entrega da turbina a vapor na localidade está prevista no terceiro trimestre de 2023, a energização do transformador no quarto trimestre de 2023, a conclusão da montagem mecânica no primeiro trimestre de

## 2.10 Planos de negócios

2024 e o início da operação em teste no terceiro trimestre de 2024, de modo a permitir o início da operação comercial ao final de 2024.

### **Plantas de Liquefação de Gás Natural no Maranhão:**

Em 2022, a Eneva assinou dois contratos de venda de gás natural liquefeito (GNL) com dois clientes, para atendimento às suas respectivas instalações industriais. A Companhia suprirá o GNL a partir de suas concessões na Bacia do Parnaíba, localizadas no estado do Maranhão, onde serão instaladas duas unidades de liquefação de gás natural com capacidade instalada de 300.000m<sup>3</sup>/dia, totalizando capacidade de liquefação total de 600.000m<sup>3</sup>/dia. O primeiro contrato firmado possui vigência de 10 anos e o segundo contrato de 5 anos a partir do início do fornecimento comercial, previsto para o primeiro semestre de 2024 em ambos. O investimento total estimado para a implantação das duas unidades de liquefação é de R\$ 980 milhões.

No primeiro trimestre de 2023 a Companhia estava avançando na contratação das obras das plantas de liquefação de gás natural. Os principais marcos do projeto em 2023 incluem: a mobilização do EPC para o canteiro de obras e o início do recebimento de equipamentos até o final do primeiro semestre; a conclusão da fabricação das carretas, 100% contratadas, no terceiro trimestre; e a conclusão das fundações e obras civis até o final de 2023. A Companhia estima iniciar o comissionamento do sistema de liquefação e da regaseificação no segundo trimestre de 2024.

Adicionalmente, a Companhia possui empreendimentos operacionais que demandam investimentos periódicos, que, em 2022, totalizaram:

- (i) R\$ 31,9 milhões realizados em Pecém II Geração de Energia ("Pecém II"), sendo principalmente: a aquisição de correias transportadoras que levam o carvão mineral do Porto de Pecém ao pátio de carvão da usina, cuja substituição será realizada em 2023; conclusão da recuperação da estrutura e troca de enchimento da torre de exaustão; substituição do 6º estágio da Turbina HP realizada pela GE; e conclusão da realização da *Minor Overhaul* no terceiro trimestre de 2022, que é uma manutenção periódica obrigatória exigida pelo fornecedor da turbina;
- (ii) R\$ 29,9 milhões realizados em Itaqui Geração de Energia S.A. ("Itaqui"), sendo principalmente para as atividades relacionadas à inspeção de integridade obrigatória (NR13), a aquisição de cestos frios dos aquecedores de ar regenerativos e atomizadores; aquisição da correia do transportador tubular; e atualização tecnológicas dos moinhos;
- (iii) R\$ 177,2 milhões de investimentos em 2022 realizados nas usinas do Complexo Parnaíba – UTEs Parnaíba I, Parnaíba II, Parnaíba III e Parnaíba IV – sendo a maior parte, no valor de R\$ 122,9 milhões, alocadas na UTE Parnaíba II, em função do gasto representado pelas Milestones GE (HGP das turbinas TG51 e TG52). Adicionalmente, foi realizada a manutenção de 36 mil horas dos motores de Parnaíba IV pela equipe da fabricante.

## 2.10 Planos de negócios

### Projetos em Estudo e Desenvolvimento para Expansão do Parque de Geração Térmica a Gás

Ainda, a Companhia possui projetos em estudo e desenvolvimento para ampliação do seu parque de geração, cuja construção não foi iniciada. Os mais relevantes são detalhados abaixo, sendo importante destacar que os mesmos ainda não possuem contratos de fornecimento de energia e ainda dependem de outorga da ANEEL:

- **Geração Térmica a Gás Bacia do Parnaíba:** As subsidiárias da Companhia possuem licença de instalação para gerar 1.729 MW adicionais no Complexo Parnaíba, os quais poderão ser comercializados desde que a Companhia:

(i) seja vencedora de futuros leilões de venda de energia da ANEEL, ou adquira contratos de venda de energia disponíveis no mercado, ou celebre novos contratos de fornecimento de energia no mercado livre.

(ii) avance na campanha exploratória nas áreas sob concessão para exploração e produção de gás natural na Bacia do Parnaíba, por meio da identificação de novas acumulações comercialmente viáveis para a produção de gás natural, como verificado no Plano de Avaliação de Descoberta do Poço 1-ENV-36-MA ("PAD Lago dos Rodrigues"), localizado a 22,5Km de distância da Estação de Produção de Gavião Preto. A depender dos resultados obtidos após a conclusão das atividades de exploração, poderá ser possível a construção de novos empreendimentos de geração térmica e a consequente comercialização de energia. Em 2022, a Companhia iniciou uma nova campanha sísmica para levantamento de 5.000 km de dados sísmicos 2D na Bacia do Parnaíba, contemplando blocos da Rodada 13, 14 e 1ª rodada da Oferta Permanente da ANP.

### **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente recursos provenientes de empréstimos e financiamentos. Para os investimentos a serem realizados, a Companhia buscará, em ocasião oportuna, a melhor estrutura de capital para financiamento dos investimentos.

### **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

A Companhia informa que não houve desinvestimento relevantes e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e não há previsão de desinvestimentos relevantes em andamento no exercício social de 2023. Não obstante, a Companhia está constantemente avaliando as oportunidades de mercado para a realização de investimentos ou desinvestimentos oportunistas que possam otimizar o seu portfólio e gerar valor a seus acionistas.

## 2.10 Planos de negócios

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

### **Aquisição da CGTF:**

Em agosto de 2022, a Eneva concluiu a aquisição de 100% das ações emitidas pela CGTF de propriedade da Enel Brasil S.A. O principal ativo adquirido por meio da operação foi a UTE Fortaleza, uma usina operacional a gás natural com capacidade instalada de 327MW, que possui contrato de comercialização de energia com a distribuidora do estado Ceará, com vigência até dezembro de 2023. A operação foi concluída com o pagamento de R\$ 489.755.891,94 pela Companhia, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações. A operação também previu pagamentos contingentes à reconstrução futura da planta, que podem alcançar até R\$ 97 milhões.

A operação poderá ainda gerar valor adicional com uma eventual nova contratação da potência da UTE Fortaleza em leilão de geração da ANEEL, postergando o ciclo de geração da usina que já possui CAPEX construído e depreciado.

### **Aquisição da CELSE:**

Em outubro de 2022, a Companhia concluiu aquisição de 100% das ações de emissão da Celsepar e da Cebarra detidas diretamente pela LNG Power Limited (subsidiária da empresa norte-americana New Fortress Energy Inc.) e indiretamente pelos acionistas da DC Energia e Participações S.A. ("Vendedores" e "DC Energia", respectivamente) ("Operação"). A Operação também contemplou a aquisição de 100% das ações de emissão da DC Energia, sociedade holding que detém participação societária na Celsepar e na Cebarra. O valor total da operação foi de R\$ 6,7 bilhões, composto pelo valor base de R\$ 6,1 bilhões e certos componentes positivos e negativos na forma do Contrato de Compra e Venda de Ações.

O principal ativo adquirido foi a UTE Porto de Sergipe I, uma usina operacional termelétrica a gás natural em ciclo combinado, com capacidade instalada de 1.593 MW, localizada em Barra dos Coqueiros, no Estado de Sergipe, na região Nordeste do país. A usina está integralmente contratada no ambiente regulado até dezembro de 2044.

A conclusão da Operação está alinhada com o planejamento estratégico da Companhia e fortalece a atuação do grupo no mercado de geração de energia na região nordeste do Brasil. A aquisição da Celse ainda oferecerá à Companhia oportunidades relevantes para valorizar o ativo e transformá-lo no primeiro hub de gás da Companhia, o Hub Sergipe.

Sobre as principais aquisições de equipamentos em 2022, pode-se destacar: (i) no Projeto Azulão 950 MW, foram adquiridos duas turbinas a gás modelo 7HA, 360MW; 1 turbina a vapor 230MW, 1 caldeira de

## 2.10 Planos de negócios

recuperação de calor (HRSG), 1 condensador e sistema de controle (DCS), adquiridos com a empresa GE (General Electric); (ii) nas plantas de liquefação de gás natural no Maranhão, foram adquiridos os equipamentos dos sistemas de pré-tratamento (*skids* de amina e desidratação), liquefação (*Cold Box*, compressor e unidade de resfriamento), armazenagem (tanques de GNL) e transferência (*Skids* de bombeamento e carregamento) adquiridos com a empresa Cosmodyne, assim como os equipamentos dos sistemas de vaporização (vaporizadores), descarregamento (*Skids* de descarregamento de GNL), armazenagem (tanques de GNL) e de medição (cromatógrafo), adquiridos com a empresa PRF; (iii) na usina Parnaíba VI, foi adquirida a torre de resfriamento, a planta de tratamento de água, as bombas de alimentação e circulação, as válvula *by-pass*, o transformador elevador, a subestação 500kV e o disjuntor de máquina e DCS.

### c. novos produtos e serviços, indicando:

Com o crescimento das reservas da Bacia do Parnaíba e a experiência adquirida com o GNL em pequena escala (SSLNG) com a implementação do projeto Azulão-Jaguatirica, a Companhia desenvolveu uma nova linha de negócios no estado do Maranhão para oferecer soluções para clientes que buscam GNL para suprir seus processos produtivos. A solução oferecida permite a substituição de um combustível altamente poluente pelo gás natural, uma alternativa mais limpa e com custo mais competitivo aos clientes, em um estado que não está conectado aos gasodutos nacionais de transporte de gás e que conta com uma matriz energética altamente dependente de produtos de petróleo. Em meados de 2022, a Eneva celebrou dois contratos de venda de GNL a clientes industriais, com vigência de 5 anos e 10 anos a partir do início do fornecimento comercial, previsto para o primeiro semestre de 2024. O GNL será suprido por meio dos campos da Eneva na Bacia do Parnaíba, onde serão instaladas duas unidades de liquefação de gás natural com capacidade instalada de 300.000 m<sup>3</sup>/dia cada para a liquefação do produto e posterior venda para os clientes.

Para administrar a logística, a Eneva formou uma *joint-venture* com a Virtu GNL (51% e 49%, respectivamente), uma empresa de logística com experiência no transporte de fluidos criogênicos no norte do Brasil. A *joint-venture*, denominada GNL Brasil, investirá em sua frota própria de caminhões e carretas criogênicas, possibilitando à Eneva verticalizar toda a cadeia de valor do SSLNG, agregando o conhecimento de logística de fluidos criogênicos às nossas competências e mitigando a dependência de fornecedores em uma atividade altamente especializada.

### i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia busca desenvolver todos os seus projetos de forma sustentável, visando otimizar a eficiência energética e operacional a custos baixos, mantendo, em paralelo, proteção ao meio ambiente. Desse modo, a Companhia atua continuamente na pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras, através do estado da arte de métodos e tecnologias e projetos ambientalmente sustentáveis. No ano de 2022, a empresa passou a direcionar o P&D como uma ferramenta “meio” para avançar em um tema extremamente estratégico: a descarbonização, pauta que tem trazido consigo uma série de ideias e projetos potenciais.



## 2.10 Planos de negócios

Em 2022, a Companhia firmou parceria de investimento em projeto de pesquisa e desenvolvimento com a UFPE e Hytron, que tem como objetivo desenvolver uma planta piloto para produção de hidrogênio verde.

No período, a Companhia realizou investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento com instituições de ensino - Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), PUC-RJ, e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) -, e com outros parceiros – Entech, Venturus, Mirow e ACE -, dentre eles as Startups4Vants, Fohat, Clubewatt e Hytron. Essas pesquisas englobam temas de diferentes áreas, tais como: saúde estrutural de componentes de motores, mobilidade elétrica, uso de drones e inteligência artificial para inspeção automatizada de faixas de servidão, balcão organizado de comercialização de energia, sistema computacional para detecção de acúmulos de gás, sistema para gestão de microgrids e produção de hidrogênio verde

### **ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Conforme Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL, no exercício social encerrado em 2022, a Companhia investiu mais de R\$ 3 milhões e encerrou cinco projetos ao longo do ano. No mesmo período, conforme Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da ANP, a Companhia entregou o projeto “Magnetismo em Parnaíba”, mas não houve qualquer desembolso.

### **iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Seguem abaixo os projetos em desenvolvimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

- **Projeto Saúde Estrutural de Virabrequins de Industrias Termoelétricas:** Este projeto de P&D, baseado em Pesquisa Aplicada, teve como objetivo principal adquirir conhecimento inédito sobre a vida-fadiga de eixos virabrequins de unidades geradoras a gás, instaladas no Complexo de Parnaíba. O objetivo principal se desmembrou em dois objetivos específicos: (1) determinar, experimental e numericamente, o risco de falha de eixos virabrequins submetidos a super longos regimes de fadiga (após 108 ciclos de carregamento); (2) avaliar, analiticamente, o risco de falha por fadiga multiaxial de eixos virabrequins. Foi iniciado em 15 de setembro de 2017, com duração de 59 meses, implantado em parceria com a PUC-RJ, com desembolso de R\$ 376.699 em 2022;

- **Projeto Estratégico Viabilizando Mobilidade Elétrica no Brasil:** O projeto teve como objetivo o desenvolvimento de uma plataforma digital para viabilizar transações entre consumidores e geradores/distribuidores, denominada Voltta que empregou diversas técnicas originais na sua elaboração. Nesse processo foram identificados os modelos de negócios vencedores para comercialização de recargas de veículos elétricos no Brasil, incluindo a avaliação das viabilidades técnica, regulatória e econômica desses negócios. Para viabilizar esses objetivos, a abordagem metodológica do projeto foi dividida em três frentes de trabalho:

- i. Frente de trabalho 1: de identificação, estruturação e priorização de modelos de negócios vencedores para realização de transações de recarga de veículos elétricos;

## 2.10 Planos de negócios

- ii. Frente de trabalho 2: de desenvolvimento da plataforma digital de mobilidade elétrica; e
- iii. Frente de trabalho 3: de realização de um piloto para teste da plataforma, incluindo desenvolvimento de solução de recarga customizada aos modelos priorizados.

O Projeto foi iniciado em 18 de novembro de 2019, com duração de 24 meses, implantado em parceria com a Entech, Venturus e a Mirow, com desembolso R\$ 246.407 em 2022;

• **Projeto de Gestão 2020-2022:** Tem por finalidade a administração dos projetos em andamento e a avaliação de oportunidades de investimento, portanto, liderado por colaboradores internos. Foi iniciado em 1º de abril de 2020, com duração de 24 meses;

• **Projeto Software para operação de contratos blockchain de energia e gestão automatizada de backoffice:** O produto desenvolvido no projeto é um software que possibilitará a comercialização de energia entre agentes do mercado livre de energia em caráter bilateral via operações do tipo boleto eletrônico e a gestão do Backoffice dos agentes do mercado de energia, com a elaboração de relatórios com dados de exposição e composição de carteira. Além disso, o sistema conta com um módulo de gestão de riscos, permitindo às empresas usuárias da plataforma avaliarem as suas contrapartes e atribuir um limite de crédito bilateral para operação conforme suas metodologias.

Os potenciais usuários deste produto são:

- comercializadoras de energia;
- produtores de energia;
- consumidores especiais;
- consumidores livres; e
- demais agentes do mercado.

O Projeto foi iniciado em 01 de Junho de 2020, com duração de 27 meses, implantado em parceria com a FOHAT Corporation, com desembolso de R\$ 301.888 em 2022;

• **Projeto Sistema integrado de inspeção e monitoramento por drones para suporte das inspeções das faixas de servidão de gasodutos utilizando modelos de inteligência artificial:** O objetivo do projeto foi o desenvolvimento experimental de um sistema integrado de inspeção e monitoramento por drones para suporte das inspeções das faixas de servidão de gasodutos utilizando modelos de inteligência artificial.

O sistema proposto foi capaz de receber arquivos Tiff georreferenciados pós processados provenientes da captura de imagens por drone, tais como, ortofoto, modelo digital de superfície (MDS), modelo digital terrestre (MDT), nuvem de pontos e identificar pelo uso de inteligência artificial, nos ortomosaicos, os objetos de interesse como marcos, placas, pindobas, babaçu e anomalias, sendo eles, corpos d'água, sinais de incêndio, crescimento descontrolado de vegetação, indícios de erosão ao longo da faixa de servidão. O Projeto foi iniciado em 01 de Junho de 2020, com duração de 31 meses, implantado em parceria com a 4VANTS e ACECORTX, com desembolso de R\$ 1.898.846 em 2022;

## 2.10 Planos de negócios

- **Projeto Sistema para gestão de Micro grids, usando os conceitos de Home Energy Management (HEM) em condomínios:** Foi desenvolvido e testado um sistema que implementa os conceitos de Home Energy Management utilizando leitores IoT para múltiplos modais de geração, foi desenvolvido um sistema multicritério para criar perfis de consumo e engajar através de uma plataforma de gamificação os usuários a economizarem energia com dicas de mudanças de hábito.

. Foi iniciado em 1º de março de 2021, implantando em parceria com a Club Watt, com duração de 15 meses;

- **Projeto Implicações do magmatismo na Bacia do Parnaíba: geração, migração e trapeamento de hidrocarbonetos:** O projeto se concentrou em desenvolver estudos integrados de interpretação de dados de poços, interpretação sísmica e modelagem do sistema petrolífero atípico da Bacia do Parnaíba, buscando compreender a relação de causa e efeito das intrusões ígneas na geração, migração e trapeamento de hidrocarbonetos. Foram feitas avaliações de duas estruturas perfuradas: uma estrutura portadora de gás e outra portadora de água. Para esta finalidade foram necessárias análises laboratoriais de geocronologia e geoquímica das unidades em estudo. Os resultados deste projeto proporcionaram melhores definições dos parâmetros que atuam no sistema petrolífero atípico da Bacia do Parnaíba. Projeto realizado junto à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, iniciado em 28 de novembro de 2018, com duração de 42 meses;

Em 2022, a Eneva iniciou a formatação de dois projetos com foco em descarbonização, cujas implementações se iniciaram em 2023, com a perspectiva de um desembolso de mais de R\$ 26 milhões. São eles:

- **Projeto “Produção de Hidrogênio Verde para aplicação na geração de energia em usinas termelétricas”:** Este projeto tem como objetivo principal instalar e demonstrar a operação de um eletrolisador com tecnologia nacional, cuja principal inovação neste projeto será o desenvolvimento de sistema com capacidade de controlar automaticamente a demanda de potência instantânea do equipamento e operar segundo modos pré-definidos, garantindo assim a geração de hidrogênio verde. O hidrogênio verde gerado poderá ser utilizado em diversos processos, como por exemplo, na refrigeração da UTE Parnaíba II e, também, serão identificadas e apresentadas novas oportunidades de negócios na cadeia de valor do hidrogênio, quer seja em instalações já existentes do grupo ENEVA quer seja em site específico para produção e comercialização de hidrogênio. A instalação do eletrolisador associado à geração fotovoltaica reduz a pegada de carbono para o grupo ENEVA, especificamente, na UTE Parnaíba II. A implementação dessa tecnologia traz desafios relacionados à produção (incluindo a questão da água necessária ao processo de produção) e ao armazenamento do hidrogênio, bem como aos procedimentos relacionados à operação, manutenção e segurança, que serão tratados e solucionados ao longo do projeto. Adicionalmente, serão mapeados fornecedores e contingências possíveis de modo a mitigar as possibilidades de falha no suprimento de hidrogênio que venham a trazer riscos ou impactos no processo da UTE, em pareceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Hytron Energia e Gases Industriais, iniciado em 1º de março de 2022, com duração de 30 meses e valor total de R\$ 17,4 milhões; e

## 2.10 Planos de negócios

### • Projeto Otimização do processo de captura de CO2 MBTSA em escala

**piloto visando a aplicação em usinas termelétricas”:** O produto principal do projeto é uma planta piloto na fase cabeça de série com a tecnologia de adsorção de CO2 em leito movente com oscilação de temperatura (MBTSA) a ser instalada futuramente em usinas termelétricas à gás e carvão mineral. Além disso, outro produto importante é a avaliação econômica do processo na forma de modelo de negócios para a companhia. Em parceria com a SATC – Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina e UFC – Universidade Federal do Ceará, iniciado em 1º de março de 2022, com duração de 30 meses e valor total de R\$ 8,7 milhões;

### iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia ainda não incorreu em gastos relativos ao desenvolvimento de novos produtos ou serviços, além daqueles já descritos neste item 2.10(c) (ii) deste Formulário de Referência.

### d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

As questões ESG foram incorporadas na nossa missão e visão e estão atrelados à nossa estratégia de longo prazo através dos três compromissos ESG assumidos pela companhia no início de 2022: 1) Reduzir emissões; 2) Melhorar o Índice de Progresso Social (IPS); 3) Conservar a Amazônia.

Temos como missão “Liderar uma transição justa e inclusiva com energia que gera valor” e buscamos oportunidades que possam contribuir para a redução do uso de recursos naturais e insumos, redução das nossas emissões de gases de efeito estufa na geração de energia, gerindo os riscos e mitigando os impactos para o meio ambiente e para as comunidades nas áreas de influência das nossas operações. Para tanto, a Eneva tem investido em projetos inovadores, como:

- (i) Parnaíba V, fechamento de ciclo de Parnaíba I, que irá gerar mais energia sem a necessidade de consumir gás natural adicional e sem emitir CO<sub>2</sub> para a atmosfera e entrou em operação no 4º trimestre de 2022;
- (ii) Jagatirica II, localizada em Boa Vista - Roraima, entrou em operação comercial em 2022, substituindo o diesel do sistema isolado pelo gás natural. O diferencial de Jagatirica II, é ser a primeira UTE no Brasil com tecnologia *Air Cooled Condenser* (ACC) para resfriamento do ciclo água-vapor. No processo, a refrigeração do ar quente ocorre com trocas térmicas com ar atmosférico por meio de ventiladores, sem consumo significativo de água;
- (iii) Parnaíba VI, em desenvolvimento, irá fechar o ciclo de Parnaíba III e gerar mais energia sem consumo adicional de gás natural e sem emissão de gás de efeito estufa para a atmosfera.

Os projetos (i) e (ii) juntos, já geraram cerca de 785 mil MWh de energia e evitaram a emissão de, aproximadamente, 270 mil tCO<sub>2</sub>e em 2022. Ainda, com a conclusão dos projetos (i) e (iii) finalizaremos o fechamento de ciclo de todas as usinas a ciclo aberto em operação no Complexo Parnaíba.

## 2.10 Planos de negócios

Além disso, a Eneva celebrou a assinatura de dois contratos de venda de gás natural liquefeito (GNL) com dois clientes finais, para atender suas instalações industriais. A Companhia suprirá o GNL a partir de suas concessões na Bacia do Parnaíba, localizadas no estado do Maranhão, onde serão instaladas duas unidades liquefação de gás natural com capacidade instalada de 300.000m<sup>3</sup>/dia, totalizando capacidade de liquefação de 600.000m<sup>3</sup>/dia. A partir desse fornecimento, os clientes converterão óleo combustível para Gás Natural, reduzindo assim, as suas emissões de gases de efeito estufa em até 23%.

Outra oportunidade que a Eneva tem explorado é a incorporação de energia renovável em seu portfólio. Com a incorporação da antiga Focus, a Eneva concluiu a construção de um dos maiores parques solares das Américas (Futura 1), com capacidade instalada de 671 MW, com entrada em operação prevista para ocorrer em maio de 2023, gerando energia renovável para o país.

Adicionalmente, dentro dos três compromissos de longo prazo assumidos pela Companhia, destaca-se o investimento de R\$ 500 milhões em projetos de inovação em eficiência energética e tecnologias de baixo carbono até 2030 para mitigar a pegada de carbono da indústria, identificando, evitando, reduzindo e compensando emissões decorrentes da geração de energia.

Esses investimentos destacam a nossa capacidade de contribuir para a segurança energética, o desenvolvimento industrial e a minimização de impactos ambientais, além de colaborar, de forma inovadora, com a jornada de descarbonização do setor de energia.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

### **2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não há outros fatores com influência relevante não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

#### 5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Eneva S.A. ("Companhia" ou "Eneva") possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 31 de outubro de 2018 ("Política de Gerenciamento de Riscos") e que recentemente foi atualizada e aprovada em reunião do Conselho de Administração de 23 de março de 2023.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados pela Companhia no processo de gerenciamento de riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos aos administradores, permitindo redução do grau de incerteza no alcance dos objetivos e na preservação do valor e perpetuidade dos negócios da companhia. Além disso, visa a promover a gestão integrada de todos os riscos aos quais a Eneva está exposta, incluindo: riscos financeiros, estratégicos, operacionais, regulatórios, dentre outros.

A Política de Gerenciamento de Riscos aplica-se à Eneva e a suas controladas, bem como aos seus colaboradores, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

**i. os riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela administração da Companhia, sua reputação, bem como os seus resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos nos itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência, dentre os quais se destacam:

**(i)** riscos que possam impactar as operações da Companhia, em especial relativos a eventos, sejam de força maior ou decorrentes de processos ordinários da Companhia e suas controladas, que possam impactar seu processo produtivo e utilização da capacidade instalada;

**(ii)** riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para fins de atingimento dos seus objetivos e/ou decorrentes da habilidade da Companhia se proteger ou se adaptar a mudanças nos setores de energia e de exploração e produção de gás natural;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(iii) riscos de sanções legais ou regulatórias, instauração de processos legais contra a Companhia e suas controladas, cuja perda ou aplicação de penalidades possa impactar a Companhia de forma relevante, do ponto de vista financeiro ou operacional ou causar danos à sua imagem;

(iv) risco de aumento dos custos das operações da Companhia, em virtude não só de condições de mercado como também decorrente de alterações legais e regulatórias nas localidades e nos setores operados;

(v) riscos de paralisação das atividades de projetos da Companhia e de suas controladas em virtude da não obtenção ou não renovação das licenças regulatórias, incluindo, mas não se limitando a, licenças ambientais;

(vi) riscos associados à falta de consistência e adequação dos sistemas e controle de operações e projetos da Companhia, incluindo, mas não se limitando a, sistemas de informações, bem como a falhas no gerenciamento dos controles internos da Companhia; e

(vii) riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta, dentre eles a volatilidade de diversos fatores de risco de mercado – principalmente taxas de juros, taxas de câmbio e preços de *commodities* – que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial.

### ii. os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota um modelo de gestão integrada dos riscos aos quais está exposta, incluindo: riscos financeiros, estratégicos, operacionais, regulatórios, dentre outros.

Os principais riscos aos quais os negócios e operações da Companhia estão sujeitos são monitorados periodicamente, buscando-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação desses riscos e a execução dos planos de ação definidos para a redução do risco residual. Para fins de tratamento dos riscos expostos, a Companhia pode adotar as seguintes providências e realizar, dentre outras, as seguintes principais ações:

- desenvolve soluções tecnológicas para a otimização e a mitigação de riscos de seus processos;
- realiza o monitoramento constante dos seus níveis de endividamento por meio de indicadores, bem como realiza a gestão da captação de recursos de forma a obter perfil de amortizações adequado;
- realiza operações de *hedge* da exposição do fluxo de caixa da empresa a fatores de risco de mercado, quando relevante e alinhado à estratégia da empresa;
- promove a capacitação e treinamento de seus colaboradores, inclusive nas políticas e normativos internos;
- realiza procedimentos internos de auditoria para analisar dados e prevenir desvios com relação às atividades desenvolvidas pela Companhia e a consequente aderência de tais atividades às suas políticas e às determinações de seus órgãos de administração;



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- revisita anualmente o planejamento estratégico da Companhia, cuja atualização ocorre com base na avaliação do contexto mercadológico, econômico, tecnológico, regulatório e na valoração corporativa e indicadores financeiros; no curto, médio e longo prazo, a fim de mitigar riscos para continuidade do negócio ou associados aos resultados financeiros da Companhia;
- avalia e monitora os riscos de mercado e crédito envolvidos nas operações realizadas pela comercializadora de energia, e o enquadramento aos limites de risco estabelecidos, com acompanhamento e reporte independentes;
- adota ações para aprimorar a eficiência, transparência e efetividade nos processos de licenciamento regulatório, inclusive licenciamento ambiental;
- aperfeiçoa continuamente os sistemas de gestão de saúde e segurança da Companhia, bem como a disseminação de informação e campanha de prevenção na Companhia para melhoria nos padrões de saúde e segurança dos colaboradores;
- aperfeiçoa continuamente o seu Programa de Compliance, incluindo o monitoramento do canal de denúncias da Companhia, realização de treinamentos periódicos para toda Companhia e revisão dos procedimentos de Compliance.

Especificamente em relação a eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção ou de combate à lavagem de dinheiro, em virtude das relações da Companhia e suas controladas com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, a Companhia dispõe de uma área de Governança, *Compliance* e Controles Internos, subordinada hierarquicamente à Diretoria Jurídica, responsável pela gestão de um programa de integridade e estabelecimento de medidas, políticas e normas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade identificadas.

Dentre essas medidas e ações destaca-se a disponibilização de documentos de integridade para todos os colaboradores e executivos (Código de Conduta, Política Anticorrupção e Normativos de Integridade), conforme descrição abaixo:

**a. Código de Conduta:** O Código de Conduta é um guia de atuação e padrão de conduta aplicável a todos os profissionais da Companhia e suas controladas. O documento é baseado em valores e princípios que devem estar presentes nas relações com os diferentes públicos, e o cumprimento de suas diretrizes tem por objetivo preservar a integridade e a reputação dos profissionais e das empresas do grupo da Companhia. Periodicamente, os colaboradores precisam formalizar o seu conhecimento ao Código de Conduta, Política Anticorrupção e Normativos de Integridade. O Código de Conduta da Eneva foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração pela última vez em março de 2023;

**b. Código de Conduta para Terceiros:** O Código de Conduta para Terceiros descreve as expectativas da Companhia e de suas controladas em relação aos seus fornecedores. Todos os fornecedores cadastrados na Companhia obrigatoriamente precisam formalizar sua ciência. Ao aceitar os termos contidos no documento, os fornecedores reconhecem que todos os acordos, contratos e relações comerciais com a

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Companhia e suas controladas, existentes e futuros, estão sujeitos às suas disposições, regras e compromissos relacionados a diversos temas, tais como ética e integridade, transparência, responsabilidade e respeito, brindes e presentes, combate a corrupção, conflito de interesses, entre outros. Ainda com relação aos terceiros a Companhia disponibiliza para os colaboradores e executivos a Diretriz de Relação de Terceiros e Política de Defesa da Concorrência com objetivo de orientar sobre o comportamento esperado no relacionamento com clientes, fornecedores e parceiros de negócios;

**c. Política Anticorrupção:** Esta Política tem como objetivo estabelecer padrões mínimos de comportamento para seus Colaboradores, bem como para seus Terceiros frente a situações que possam envolver ou caracterizar Corrupção ou Lavagem de Dinheiro, deixando clara a postura da Companhia em rejeitar toda e qualquer situação ou circunstância relacionada a estas práticas, observando os requisitos das Legislações Anticorrupção, disposto na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013), de forma a garantir que durante a condução dos negócios sejam adotados os mais elevados padrões de integridade, legalidade e transparência. Em dezembro de 2022, a Política Anticorrupção da Companhia foi revisada, seguindo o compromisso de melhoria contínua e alinhamento com as melhores práticas internacionais;

**d. Política de Direitos Humanos:** Esta Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes fundamentais da Eneva para respeitar os direitos humanos e promover práticas não discriminatórias e de diversidade no ambiente de trabalho;

**e. Diretriz de Brindes, Presentes e Hospitalidades:** Esta diretriz tem por objetivo orientar a conduta dos profissionais da Companhia com relação ao recebimento e oferecimento de brindes, presentes, vantagens e cortesias, tendo em vista a necessidade de evitar conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos e situações que possam caracterizar suborno ou corrupção pública ou privada;

**f. Diretriz de Conflitos de Interesses:** Esta diretriz orienta a observação, pelos profissionais da Companhia e suas controladas, quanto a situações que envolvam conflitos de interesses reais, potenciais ou percebidos, bem como situações que possam caracterizar concessões de vantagens indevidas, suborno, corrupção ou favorecimento indevido;

**g. Diretriz de Doações e Patrocínios:** Esta diretriz objetiva orientar e auxiliar a conduta de profissionais da Companhia, suas controladas quanto aos patrocínios e doações a serem concedidos em relações comerciais;

**h. Canal de Consulta:** Implementado em 2020, é uma ferramenta disponível para todos os colaboradores na intranet da Companhia com objetivo de esclarecer dúvidas relacionadas à aplicação do Código de Conduta e demais normativos de integridade;

**i. Canal de Denúncia anônimo e independente:** A Companhia possui um canal de denúncias gerido externamente por empresa especializada (atualmente a Contato Seguro), que pode ser

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

utilizado por todos os profissionais do grupo e pelo público externo e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Conduta, às políticas de integridade e à lei;

**j. Procedimento de investigação:** A área de *Compliance* possui um processo estruturado para apurar os fatos registrados no canal de denúncia e para recomendar a aplicação de eventuais medidas disciplinares cabíveis;

**k. Declaração de Conflito de Interesses:** Foi implementado em 2020 um sistema de controle aplicado a todos os colaboradores com objetivo de monitorar, evitar e avaliar ações de potenciais conflitos em desacordo com o Código de Conduta, normativos internos e as Leis;

**l. Treinamento e comunicação:** A Companhia oferece treinamentos periódicos e comunicação contínua relacionados a ética, integridade e prática anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, à distância (curso *online*) e módulo presencial na ambientação de novos colaboradores. Em 2020, foi aplicado treinamento para colaboradores, terceiros e executivos sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção, com objetivo de assegurar a cultura de integridade e de tolerância zero a prática de corrupção e atos ilícitos.

Em 2021, no Dia Internacional Contra a Corrupção, foi realizado treinamento *online* ao vivo sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção, que, posteriormente, foi inserido na plataforma de treinamento da Companhia, denominada "Academia do Conhecimento", para acesso perene do conteúdo pelos colaboradores. Ademais, a referida plataforma de treinamento possui treinamento com verificação de aprendizagem sobre (i) Código de Conduta e Política Anticorrupção; (ii) Relacionamento com o Poder Público; (iii) Ética e Integridade, desde 2019. Ainda em 2021, foi realizado treinamento sobre assédio moral, em 4 dias de palestras *online*, com o objetivo de alcançar amplamente o público, com posterior inserção no portal Academia do Conhecimento. O treinamento foi composto por 13 mini vídeos gravados com a especialista no tema para facilitar a consulta temática e melhor aprendizagem.

Em 2022 foram realizados treinamentos presenciais, sobre Assédio Moral e Comunicação Não Violenta presencialmente em Azulão e em Jaguatirica, e sobre o Programa de Integridade da Eneva para os novos Ativos Termofortaleza e Celse. Além disso, realizamos palestra ministrada pela Rede Brasil do Pacto Global focada nos Embaixadores ESG da Companhia, com o escopo "Corrupção - O que eu tenho a ver com isso?". Também direcionamos uma palestra sobre o Programa de Integridade da Eneva para os fornecedores considerados com um nível crítico de exposição de *compliance*. Ademais no Dia Internacional Contra a Corrupção, ocorreu a palestra "A Integridade como Diretriz do nosso Negócio", que foi direcionada para todos os Colaboradores da Companhia. Por fim, na Academia do Conhecimento foram realizados os treinamentos sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção, Eneva em Ação no Combate à Corrupção, Ética e Integridade e Relacionamento com o Poder Público.

**m. Cláusula anticorrupção e procedimentos de *due diligence* de fornecedores:** A Companhia também adota um modelo de cláusula anticorrupção para seus contratos e procedimentos de *due diligence* de integridade para relacionamento com fornecedores, por meio do preenchimento de questionário de

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

integridade, pesquisas em fontes públicas e avaliação de risco de fornecedores, visando mitigar riscos no processo de contratação com potenciais parceiros de negócios;

**n. Diretriz de Delegação de Autoridade:** Esta diretriz visa a estabelecer e comunicar os limites de alçadas para aprovação e responsabilização, ao longo da linha hierárquica, das transações e operações da Eneva relativas a seus planos de negócio, programa de investimentos, plano financeiro e à execução do orçamento anual, bem como estabelecer os princípios e diretrizes para assegurar o correto enquadramento das transações e operações; e

**o. Diretriz de Gestão de Consequências:** Essa diretriz objetiva dar conhecimento aos profissionais da Companhia quanto aos critérios e procedimentos que serão adotados para a aplicação de medidas disciplinares quando do descumprimento do contrato de trabalho, do Código de Conduta, da legislação em vigor, das políticas e outros procedimentos internos ou quando realizarem qualquer outro tipo de falta disciplinar.

Com objetivo de monitorar as interações com órgãos governamentais e agentes públicos foi implementado em 2020 um aplicativo para registrar essas interações em atendimento as orientações dispostas Diretriz de Interação com Poder Público.

Ressaltamos que o canal de Denúncia da Companhia recebeu em 2022, 60 relatos. Nenhum dos relatos recebidos apontou condutas que violassem a Lei n.º 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, a Lei n.º 9.613/1998 - Lei de Lavagem de Dinheiro ou a Lei n.º 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa.

A Companhia esclarece, adicionalmente, no que concerne aos riscos de mercado aos quais está exposta, que se utiliza de estratégias e instrumentos de proteção patrimonial (*hedge*) baseados na realização de transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visando à proteção contra o risco de variação cambial do fluxo de caixa previsto para gastos com aquisição de imobilizados ("Capex"), tendo em vista que suas receitas e geração de fluxo de caixa são em reais e uma parcela da sua despesa de Capex é atrelada ao dólar norte americano. Quando necessária a adoção de proteção patrimonial via derivativos, o Comitê Financeiro e a Diretoria da Companhia devem ser consultados.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Eneva adota, em sua Política de Gerenciamento de Riscos, o conceito das três linhas de defesa a seguir ("Linhas de Defesa") para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas:

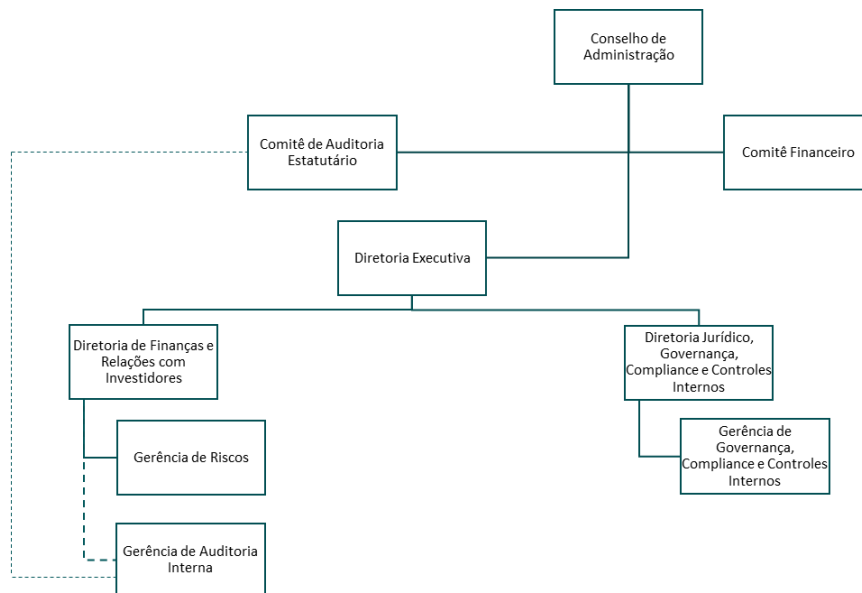
**1ª Linha de Defesa:** É representada por todos os gestores das áreas de negócio e de suporte, os quais devem assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

**2ª Linha de Defesa:** É responsável pelo apoio à 1ª Linha de Defesa no gerenciamento dos riscos e é representada, pela– Gerência de Risco- e pela Gerência de Governança, *Compliance* e Controles Internos, com atuação consultiva junto às áreas executivas, porém com avaliação e reporte independentes sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle da Companhia, e também por outras áreas de suporte corporativo com funções normativa e consultiva em temas diretamente relacionados a gestão de riscos.

**3ª Linha de Defesa:** É representada pela Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.

Os órgãos e áreas que atuam na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia são os descritos no organograma abaixo:



### a. Conselho de Administração

Cabe ao Conselho de Administração aprovar as alterações da Política de Gerenciamento de Riscos e autorizar, se necessário, quaisquer exceções a essa Política, definir o nível de apetite ao risco na condução dos negócios e assegurar a aderência da Companhia às políticas e às estratégias de gerenciamento de riscos estabelecidas.

O Conselho de Administração também deve buscar a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na Companhia e assegurar recursos adequados e suficientes para a execução do gerenciamento de riscos de forma independente, objetiva e efetiva.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### b. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva deve definir a metodologia a ser utilizada no processo de gerenciamento de riscos, propondo ao Conselho de Administração o nível de apetite ao risco da Companhia. Além disso, cabe à Diretoria Executiva acompanhar de forma periódica o gerenciamento de riscos com o objetivo de garantir sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos, revendo a Política de Gerenciamento de Riscos e submetendo adequações e melhorias à aprovação do Conselho de Administração.

### c. Gerências de Governança, *Compliance* e Controles Internos e de Gestão de Riscos

A área de Governança, *Compliance* e Controles Internos tem, dentre outras atribuições, o objetivo de incorporar os valores da Companhia e estabelecer um conjunto de práticas e relacionamentos entre Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário, com a finalidade de aperfeiçoar o desempenho da empresa e facilitar o acesso alinhado com o interesse dos acionistas; certificar a eficiência e a eficácia do ambiente de controle da 1ª Linha de Defesa, através de monitoramento e testes de controles; assegurar a governança de *Compliance* e Controles Internos da Companhia, por meio de monitoramento e reporte periódico.

A área de Gestão de Riscos tem, dentre outras, as seguintes atribuições: contribuir para a disseminação da cultura de gestão de riscos na Companhia; coordenar junto às áreas de negócio e de suporte corporativo as atividades de gestão de riscos; desenvolver e disponibilizar metodologias, ferramentas, sistemas, infraestrutura e governança de gestão de riscos; apoiar a 1ª linha de defesa na implementação de práticas eficazes de gestão de riscos; assegurar a governança de gestão de riscos, por meio de monitoramento e reporte periódico; coordenar as atividades de gestão de crises e de elaboração e aplicação dos planos de continuidade de negócios; atuar em conjunto com as outras áreas de suporte corporativo que, dentre suas atribuições, também possuem funções de 2ª Linha de Defesa.

Ambas as gerências têm atuação consultiva e de coordenação junto às áreas executivas da Companhia, porém com avaliação e reporte independentes, sobre o gerenciamento dos riscos e o ambiente de controle.

### d. Comitês

O Conselho de Administração da Companhia é assessorado por Comitês, sendo que algum deles possuem atribuições que auxiliam o gerenciamento de riscos da Companhia, conforme descrito a seguir.

#### d(i). Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE")

O Comitê de Auditoria Estatutário passou a ser previsto com a alteração do Estatuto Social da Companhia aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2018 e foi instalado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de junho de 2019. Nos termos do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e do seu Regimento Interno, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de Administração em março de 2023, o Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão colegiado de assessoramento do Conselho de Administração, composto por, no mínimo três membros, devendo um ser conselheiro independente e ao menos um deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

As principais regras de funcionamento que dispõem sobre seus objetivos, composição, responsabilidades e periodicidade de reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário estão previstas em seu Regimento Interno, contemplando as seguintes responsabilidades:

- a. avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia, conforme Política de Gerenciamento de Riscos;
- b. opinar sobre a parametrização do modelo de gestão de riscos da Companhia e avaliar periodicamente a Política de Gerenciamento de Riscos, seus recursos e tolerância máxima a riscos, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com:
  - i. a remuneração da administração;
  - ii. a utilização de ativos da Companhia; e
  - iii. as despesas incorridas em nome da Companhia;
- c. avaliar, em conjunto com a área jurídica da Companhia, todas as questões legais e/ou contingências que possam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras;
- d. avaliar periodicamente a adequação dos relatórios gerenciais da administração, referentes a aspectos contábeis, de resultados financeiros e de gestão de riscos, em relação a sua integridade, forma, conteúdo e distribuição (acesso às informações);
- e. acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de controles internos da Companhia;
- f. opinar sobre o Plano Anual de Auditoria Interna, levando em consideração a adequada cobertura de riscos;
- g. opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente externa para a Companhia, bem como a substituição de tais auditores, e opinar sobre a sua contratação para qualquer outro serviço;
- h. analisar o escopo e o enfoque propostos pelos auditores externos e avaliar seus honorários e resultados dos serviços prestados, supervisionando suas atividades, a fim de avaliar:
  - i. a sua independência;
  - ii. a qualidade de serviços prestados; e
  - iii. a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- i. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- j. monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- k. reunir-se com os auditores independentes externos para tratar de mudança e/ou manutenção de princípios e critérios contábeis; uso de reservas e provisões; estimativas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras; métodos de avaliação de risco e os resultados dessas avaliações; mudanças do escopo da auditoria; áreas de alto risco; deficiências

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

relevantes e falhas significativas nos controles internos; conhecimento de atos ilegais; e efeitos de fatores externos (econômicos, normativos e setoriais) sobre os relatórios financeiros e sobre o processo de auditoria;

l. monitorar a implementação das recomendações feitas pela área de Auditoria Interna e pelos auditores externos, bem como a qualidade e integridade dos processos;

m. acompanhar as manifestações encaminhadas através do canal de denúncias da Companhia, zelando pelo cumprimento do Código de Conduta, e alertar ao Conselho de Administração sobre fraudes e/ou crimes e sugerir providências;

n. avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;

o. avaliar e monitorar a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações, em conjunto com a administração, a área de governança, compliance e controles internos a área de controladoria e a área jurídica da Companhia;

p. reunir-se com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração da Companhia para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

q. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

r. elaborar um relatório anual a ser apresentado pela Companhia juntamente com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

i. as atividades exercidas no período, as reuniões realizadas com os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados;

ii. a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia;

iii. a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação;

iv. a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna;

v. a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos corporativos referentes ao período; e

vi. quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia;

s. opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração;

t. proceder, anualmente, à autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação; e

u. manter postura imparcial e cética no desempenho de suas atividades e, sobretudo, em relação às estimativas presentes nas demonstrações financeiras e à gestão da Companhia.

O Comitê de Auditoria Estatutário se reunirá ao menos uma vez a cada trimestre, devendo coincidir com as datas de fechamento de resultados trimestrais da Companhia, e sempre que necessário.



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### **d(ii). Comitê Financeiro**

Criado na reunião do Conselho de Administração de 10 de maio de 2017, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social, o Comitê Financeiro da Companhia é um órgão não estatutário de assessoramento do Conselho de Administração. Para tanto, compete ao Comitê Financeiro aconselhar e fazer recomendações ao Conselho de Administração em suas decisões relativas (i) à integridade das demonstrações financeiras e dos processos de controle interno; (ii) a políticas financeiras; e (iii) a metas e orçamentos para promover os objetivos estratégicos da Companhia.

O Comitê Financeiro deve ser formado por três a cinco membros, sendo ao menos um conselheiro e, a critério do Conselho de Administração, membros especialistas externos, sendo um dos membros eleito como "Coordenador". Compete ao Comitê Financeiro, dentre outras matérias:

- a. recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração;
- b. assessorar o Conselho de Administração na análise e eventual revisão do orçamento da Companhia, bem como monitorar a sua implementação e execução;
- c. analisar e revisar os índices econômico-financeiros e de fluxo de caixa da Companhia, de modo a sugerir modificações e ajustes sempre que considerar necessário;
- d. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento e/ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, questões tributárias e operações financeiras estruturadas de mercado;
- e. analisar os potenciais reflexos da conjuntura econômica brasileira e mundial nos negócios da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos, e na definição de estratégias financeiras apropriadas;
- f. monitorar os riscos de mercado, liquidez e crédito da Companhia, por meio do acompanhamento de indicadores definidos pelo Comitê Financeiro;
- g. analisar e revisar a viabilidade econômico-financeira dos planos e programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação;
- h. acompanhar e monitorar o custo médio da estrutura de capital da Companhia e sugerir modificações, sempre que considerar necessárias, bem como avaliar e debater alternativas de captação de novos recursos para a Companhia; e
- i. proceder à autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

As reuniões do Comitê Financeiro ocorrerão ordinariamente a cada trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário. As reuniões serão realizadas nas dependências da Companhia, sendo que, em casos especiais, poderão ser realizadas por meio de conferência telefônica ou de outro modo que possibilite a

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

participação de todos os membros do Comitê Financeiro e garanta a troca de ideias e impressões a respeito das matérias em discussão.

O Comitê Financeiro dispõe de Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de outubro de 2018.

### e. Auditoria Interna

A Companhia conta, ainda, com uma área específica de Auditoria Interna, criada em 2013. A área de Auditoria Interna monitora continuamente os riscos aos quais a Companhia está exposta, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo, e assegura a efetiva divulgação dos riscos identificados, a fim de adequar a estrutura de controle internos para minimizar eventual materialização de tais riscos. A estrutura e dimensão da área foi atualizada, em 2017, para se adequar às atuais necessidades do negócio e garantir maior efetividade e agilidade aos processos por eles conduzidos, quando passou a reportar-se ao Conselho de Administração, via Comitê de Auditoria Estatutário.

Importante destacar que a área de Auditoria Interna não possui qualquer vínculo hierárquico ou funcional com as unidades auditadas, mantendo, assim, um relacionamento de total independência funcional e técnica para o pleno exercício de suas funções.

À área de Auditoria Interna cabe avaliar de forma objetiva e independente a adequação e eficácia dos procedimentos e controles mantidos pela companhia, a fim de identificar oportunidades de melhoria e reduzir a exposição a riscos indesejáveis.

Além fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos, compete a ela monitorar a implementação de ações corretivas e /ou de melhoria recomendadas em seus relatórios, bem como avaliar/validar a eficácia das mesmas para reduzir e/ou eliminar os riscos identificados. Compete a ela:

- a. Auditar o processo de gerenciamento de riscos da Companhia com pareceres imparciais, independentes e tempestivos;
- b. Após a implementação dos planos de ação, auditar as ações para verificar se todas foram implementadas como planejado;
- c. Identificar novas fragilidades e processos aptos à priorização a partir dos resultados da avaliação de riscos em execução; e
- d. Adequar o porte do ambiente de testes substantivos ou de monitoramento contínuo a partir da identificação de novos riscos ou agravamento de riscos já identificados.

Atualmente, a área de Auditoria Interna da Companhia é composta por 5 membros, sendo 1 ocupante do cargo de gerente e outros 4 com o cargo de auditores.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### **f. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A efetividade das medidas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia é verificada pelo Comitê de Auditoria Estatutário, descrito no subitem (b) acima, o qual reporta as suas constatações e recomendações para o Conselho de Administração da Companhia para que sejam adotados os planos de ação aplicáveis para aprimoramento dos controles internos da Companhia.

Além do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia conta com a Gerência de Governança, Compliance e Controles Internos e com a Gerência de Riscos, mencionados no item 5.1.iii acima. A Companhia conta, ainda, com uma área de Auditoria Interna, que tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.

A estrutura acima, no contexto da revisão da sua Política de Gerenciamento de Riscos, foi avaliada pelo Conselho de Administração pela última vez em março de 2023.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

#### **a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia considera seus controles internos suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera. Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a administração da Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e controles internos.

Adicionalmente, a Companhia dispõe de sistema de Controles Internos e de área de Governança, *Compliance* e Controles Internos devem apoiar os donos de cada processo na gestão de seus riscos, de forma priorizada e buscando processos robustos e controles adequados. A área tem como principais atribuições:

- a. Gerenciar o sistema de Controles Internos da Companhia, contribuindo como especialista consultivo independente para seu desenho e implantação;
- b. Avaliar o propósito, eficiência e eficácia dos Controles Internos estabelecidos nos processos, a partir do mapeamento dos mesmos pela área de Gestão e Performance, observando sua execução e alertando os Donos de Processo se necessário;
- c. Auxiliar a 1ª Linha de Defesa na identificação e avaliação dos riscos e na definição dos controles para sua mitigação;
- d. Reavaliar periodicamente a adequação dos Controles Internos em relação ao apetite ao risco, aos resultados dos testes sobre os mesmos e às oportunidades para simplificação e racionalização, sugerindo melhorias e corrigindo deficiências; e
- e. Acompanhar a implantação de Controles Internos.

#### **b. as estruturas organizacionais envolvidas**

A Companhia conta com gerências específicas submetidas à Diretoria de Finanças, Diretoria Jurídica e Conselho, quais sejam: Governança, *Compliance* e Controles Internos, Riscos, Controladoria, Tesouraria e Auditoria Interna.

Além do mencionado acima, no subitem 5.1(b) "iii" também são detalhadas informações adicionais.

#### **c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles estão descritos no item 5.2(a). Já a indicação das pessoas responsáveis indicando o cargo pode ser conferida no item 5.1(b).

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desta avaliação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os auditores independentes da Companhia emitiram o relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia, que reporta uma deficiência significativa relacionada ao processo de preparação e revisão na elaboração das informações trimestrais, e demonstrações financeiras anuais da Companhia.

### **e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Considerando que o item destacado anteriormente não constitui distorção relevante (conforme conceito estabelecido pela NBC TA 315), o mesmo não afetou a emissão do parecer dos auditores independentes sem qualificação, em 23 de março de 2023.

Considerando que este item não impactou indicadores financeiros críticos (EBTIDA, dívida líquida e dívida líquida/EBTIDA) tampouco constituiu erro nos saldos apresentados nas peças da demonstração financeira (balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de fluxo e etc.), o mesmo não possui magnitude e abrangência para impactar a leitura das demonstrações financeiras da Companhia por seus respectivos *stakeholders*.

A Companhia não concorda com a classificação de “deficiência significativa de controle” e entende que o ponto mencionado se refere apenas a melhoria a ser implantada no processo de elaboração das demonstrações financeiras, o qual deveria ter sido apresentado no item II “Outras recomendações para melhoria dos controles internos e dos procedimentos contábeis”.

Adicionalmente, cabe destacar que a Companhia está implementando as melhorias recomendadas pelos auditores.

## 5.3 Programa de integridade

**5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia desenvolveu um Código de Conduta, um Código de Conduta de Terceiros e Normativos de Integridade determinando e esclarecendo a visão, valores e diretrizes da Companhia sobre a conduta esperada de seus colaboradores, administradores e terceiros e, como forma de disseminar e consolidar o Código de Conduta e políticas de integridade, a Companhia promove treinamentos presenciais e *online* seguidos de avaliações que devem ser respondidas por todos os colaboradores e administradores.

A fim de mitigar riscos relativos à contratação de terceiros fornecedores e prestadores de serviço, a Companhia realiza análises reputacionais utilizando o sistema *UpMiner*, o qual permite acesso a uma maior base de dados e obtém informações mais detalhadas sobre as pessoas jurídicas e físicas analisadas.

Por fim, a Companhia possui um canal de denúncias disponível 24 horas por dia, confidencial e aberto a todos, o qual permite que colaboradores e terceiros apresentem relatos, os quais são recebidos pela área de *Compliance* da Companhia, e investigados de acordo com as competências atribuídas na Diretriz de Gestão de Consequências. A área de *Compliance* reporta os indicadores do canal de denúncias ao Comitê de Auditoria Estatutário, e este, por sua vez, ao Conselho de Administração da Companhia. De acordo com a gravidade da denúncia e da violação ao Código de Conduta e políticas de integridade, a sanção ao denunciado pode ser determinada pela Comissão de Compliance ou pelo Conselho de Administração.

A Companhia promove a avaliação de suas políticas e procedimentos periodicamente e sempre que julgar necessário, como forma de mantê-las sempre atualizadas e adequadas à estrutura de governança, à atuação da Companhia e às leis e regulamentos aplicáveis.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

### 5.3 Programa de integridade

A Diretoria de *Compliance* é responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, tendo como atribuição principal o acompanhamento da implementação das iniciativas de *Compliance*.

A Comissão de *Compliance* é um órgão de funcionamento não permanente, que pode ser instalado a qualquer tempo pela Diretoria de *Compliance* ou pelo Comitê de Auditoria Estatutário, para apoiar na resolução de denúncias, ou ainda na resolução de potenciais conflitos de interesses em que estejam envolvidos membros da Alta Administração.

Adicionalmente, a Companhia nota que a estrutura organizacional referente ao seu processo de gerenciamento de riscos, *compliance*, controles internos e integridade também é descrita em detalhes no item 5.1 deste Formulário de Referência.

iii. **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia dispõe de Código de Conduta, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023, sendo aplicável a todos os colaboradores, diretores, conselheiros fiscais, quando aplicável, conselheiros de administração e terceiros. No que se refere a fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados, a Companhia desenvolveu um Código de Conduta de Terceiros, detalhando as regras e recomendações específicas para aqueles que tenham relações comerciais com a Companhia ou suas subsidiárias.

Em setembro de 2020, foi elaborado e aprovado em reunião do Conselho de Administração a Política Anticorrupção, que é aplicável a todos os colaboradores, diretores, conselheiros de administração e terceiros. Seguindo o compromisso com a melhoria contínua e alinhamento com as melhores práticas internacionalmente estabelecidas, a Companhia revisou sua Política Anticorrupção em dezembro de 2022.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta da Companhia determina que o descumprimento das condutas nele definidas ou estabelecidas nas políticas da Companhia e/ou leis e regulamentos aplicáveis poderão resultar na aplicação de medidas disciplinares, as quais serão proporcionais à natureza e à gravidade da violação, podendo variar desde advertência até demissão por justa causa de acordo com diretriz de gestão de consequência, sem prejuízo de sanções administrativas, civis e penais, quando aplicáveis.

### 5.3 Programa de integridade

Aos terceiros que violarem o Código de Conduta, políticas da Companhia e/ou leis e regulamentos aplicáveis, a sanção imposta será aquela prevista no respectivo contrato, incluindo o término da relação comercial existente entre o terceiro e a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia ressalta que tem realizado treinamentos desde a aprovação do Código de Conduta com vistas a fomentar o cumprimento e disseminar o conhecimento sobre as suas regras, diretrizes e procedimentos. Nesse contexto, desde o início de 2017, foram conduzidos treinamentos presenciais, um treinamento *online* no primeiro semestre e outro treinamento *online* no segundo semestre daquele ano. Os treinamentos foram oferecidos a todos os colaboradores, diretores e conselheiros de administração da Companhia e todos contaram com mais de 95% de participação.

Durante o ano de 2018, foram conduzidos, pela área de Governança, Riscos e *Compliance*, treinamentos presenciais direcionados aos colaboradores da Companhia sobre assédio moral e suas particularidades. A fim de atender aos colaboradores que não puderam comparecer aos treinamentos presencialmente, a Companhia conduziu treinamentos *online*. Adicionalmente, a Companhia incluiu uma apresentação sobre o Código de Conduta no processo de ambientação de novos colaboradores.

Os treinamentos são realizados periodicamente, conjuntamente a ações de comunicação contínuas relacionados a ética, integridade e práticas anticorrupção para sua liderança e seus colaboradores, por meio dos módulos presenciais na ambientação de novos colaboradores e online.

Após a aprovação da revisão do Código de Conduta e Política Anticorrupção em setembro de 2020, foi conduzido treinamento *online* sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção. O treinamento fora disponibilizado a todos os colaboradores, terceiros e executivos da Companhia e todos somaram 95% de participação.

Ao longo dos 3 (três) últimos exercícios sociais, outros treinamentos foram realizados pela Companhia, conforme especificados no item 5.1(ii), letra "I", deste Formulário de Referência.

**• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão atual do Código de Conduta foi revisada e aprovada em reunião do Conselho de Administração em 23 de março de 2023, e encontra-se disponível para consulta nas páginas eletrônicas da CVM e de relações com investidores da Companhia.

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncia é externo e gerido por empresa terceira especializada (atualmente, a Contato Seguro).



## 5.3 Programa de integridade

### **ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncia está aberto para o recebimento de relatos de todos os colaboradores próprios e terceiros da Companhia, bem como do público externo.

Desta forma, tanto colaboradores quanto terceiros podem comunicar violações da seguinte forma:

1. Pelo site: [www.contatoseguro.com.br](http://www.contatoseguro.com.br); e/ou
2. Pelo telefone 0800 601 8679

### **iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Os relatos podem ser realizados anonimamente pelos canais de denúncia disponibilizados pela Contato Seguro, tanto através de ligação gratuita como através do *website*.

### **iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são apuradas e tratadas pela área de Compliance e reportadas trimestralmente para o Comitê de Auditoria Estatutário.

### **c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Nos últimos 3 exercícios sociais não houve casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

### **d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, uma vez que, conforme descrito acima, a Companhia possui um programa de integridade em vigor para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, contra as regras e políticas da Companhia e/ou contra a lei e regulamentos aplicáveis.

## 5.4 Alterações significativas

**5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

A respeito do fator de risco "As estimativas de reservas e de recursos contingentes de gás natural e óleo da Companhia envolvem um grau significativo de incerteza e estão baseadas em premissas que podem não ser precisas", existem certas particularidades dos ativos da Companhia, bem como ações tomadas pela Companhia, que levam a uma mitigação dos riscos associados à realização de suas reservas:

- A similaridade das características de seus reservatórios e do gás produzido reduzem os riscos dos projetos a serem desenvolvidos para atendimento dos contratos de gás.
- O histórico da produção dos campos em produção vem reduzindo consistentemente as incertezas das reservas relacionadas à performance dos reservatórios e a seus planos de desenvolvimento;
- A incerteza do preço do produto da Companhia é mitigada pelos contratos de longo prazo com preços definidos e sujeito a reduzidas variações; e
- A incerteza da receita dos contratos é mitigada pela cláusula de uma receita fixa significativa e independente do despacho.

Estas e outras particularidades fazem com que os valores de reservas atualmente certificados pela GCA estejam muito próximos dos estimados pela Companhia, apresentando uma variação de cerca de 2% nas estimativas das reservas Provadas mais Prováveis (2P). Isto demonstra que o nível de informações existentes para suportar estas estimativas é bastante satisfatório e consistente, o que reduz em muito os riscos relacionados às reservas de gás da Companhia.

## 5.5 Outras informações relevantes

### 5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 5 a serem divulgadas.